



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014

--- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- **PONTO UM** – Período antes da Ordem do Dia;-----

--- **PONTO DOIS** – Designação na Assembleia Municipal de Óbidos de um representante do Município para integrar o Conselho da Comunidade ACES Oeste Norte, de acordo com o estipulado na alínea b) do art.º 31.º, do Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro, formalmente constituído pelo Despacho n.º 9520/2009 de 18 de março de 2009; -----

--- **PONTO TRÊS** – Apreciação e eventual autorização prévia da proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao facto do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento em contínuo de refeições para o serviço municipal de refeições de Óbidos; -----

--- **PONTO QUATRO** - Apreciação e eventual autorização prévia da proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento de serviços de distribuição, cobrança postal e emissão de faturas, referente às faturas dos serviços de água e saneamento e do programa Crescer Melhor; -----

--- **PONTO CINCO** - Apreciação e eventual autorização prévia da proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente à proposta de protocolo de intervenção agrícola a celebrar com o Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos;-----

--- **PONTO SEIS** - Proposta de protocolo a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria Madalena de A dos Negros, relativamente às obras de restauro da Capela do Santíssimo Sacramento de A dos Negros, para conhecimento;-----

--- **PONTO SETE** – Proposta de contrato de comodato a celebrar com as juntas de freguesia de A dos Negros, Amoreira, Olho Marinho e Usseira, para conhecimento;-----

--- **PONTO OITO** – Informação técnica da CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, relativamente ao Aeroclube da Lagoa de Óbidos, para conhecimento;-----

--- **PONTO NOVE** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- **PONTO DEZ** – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público. -----

--- O Segundo Secretário, Ana Reis, fez a chamada. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

--- Presenças - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, Anabela Braga Adónis, Ricardo Miguel Pereira Duque, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

--- Substituições – A Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues e os Deputados Francisco Lage Raposo Brás Teixeira e Jorge Joaquim Madeira Veloso, foram substituídos pelos Deputados João António Sousa Veludo, Pascal Carvalho e Laura Sousa Rodrigues Castro Ferreira, respetivamente.-----

--- Quórum – Vinte e sete presenças.-----

--- Faltas – Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Ana Catarina Brás de Carvalho e Jorge Joaquim Madeira Veloso.-----

--- Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores, Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Circular da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre início de funções do Secretário-Geral; Circular da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre incompatibilidade de funções decorrente do exercício da atividade de docente do ensino superior; Circular da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre o seminário: Delegação de competências, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais; Associação 25 de abril sobre as comemorações dos 40 anos do 25 de abril; Comunidade Intermunicipal do Oeste sobre agendamento da próxima reunião da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM e ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes” sobre encerramento de repartições de finanças no distrito de Leiria. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número 7, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia 23 de dezembro de 2013.-----

--- A Deputada Sílvia Correia disse que no período depois da ordem do dia, em que a Associação de Pais do Furadouro veio fazer uma questão, pedindo informações sobre a escola municipal, na ata apenas se lê: “o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal deram informações detalhadas sobre o que está a ser feito, para que a futura escola municipal seja uma realidade”. Propõe que, realmente se tivesse transcrito quais foram as informações detalhadas.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, de facto, deve haver um sentido de síntese, mas uma síntese que não corte a ideia central daquilo que se passa nas reuniões. Tomou a devida nota e solicitou aos serviços para explanarem um pouco, de uma forma resumida, esses detalhes que foram aqui trazidos e debatidos, nessa reunião-----

O ideal seria fazerem a aprovação da ata numa outra reunião. Caso haja algum assunto, no qual recaiam urgências, poderiam então fazer uma aprovação desses mesmos assuntos, em



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

minuta, se bem que seja uma situação sempre esdruxula, à partida. Seria muito mais confortável fazerem a aprovação da ata, então com este pedido da Deputada, na próxima reunião, não tendo havido objeções. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **PONTO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** - O Presidente da Assembleia Municipal disse que acreditem que conduzir reuniões não é uma tarefa de todo fácil, sobretudo se nós, numa reunião onde estão cerca de trinta elementos e em assuntos que, por vezes, ganham um certo calor, não tiverem um grande espírito de colaboração nessa direção desses trabalhos.-----

Por si fala e gostaria de voltar a pedir aos membros da Assembleia Municipal, o que fez logo no início, que o ajudem a fazer essa condução da melhor maneira. -----

Sente que o seu papel não é fazer nenhuma intervenção de natureza política, embora essa questão possa ser discutível, porque também é eleito, membro da Assembleia Municipal, mas nesta função gostaria mesmo de apenas fazer a coordenação dos trabalhos, a direção dos trabalhos das nossas sessões, representar a Assembleia Municipal, claro está, e não participar tanto nos assuntos que, eventualmente, as bancadas parlamentares, na sua relação uns com os outros, ou nas questões que coloquem à Câmara Municipal, aos seus membros, ao Presidente, embora lhe pareça que é também sua função o chamar à atenção quando existe algum exagero, ou algum desvio daquilo que lhe parece que deve ser um comportamento aceitável e um comportamento que dê uma certa elegância ao funcionamento da Assembleia Municipal. -----

Isto, pensando na forma como os nossos Municípios olham e gostariam que assim se passasse nas reuniões da Assembleia Municipal, tratando-se aqui do órgão deliberativo, e portanto de um órgão onde muitas vezes se colocam as últimas questões, as questões mais importantes, as questões mais estratégicas, por ter uma natureza deliberativa, e, portanto, por ser, também, um órgão amplamente representativo e, neste caso, com vários partidos a terem representação neste órgão. -----

Não deixará de fazer essas chamadas de atenção e não quer que pensem que o fará apenas sobre membros que não foram eleitos na sua lista, ou na lista que teve a honra de encabeçar. Espera que todos deem essa colaboração e que não tenha nenhum tipo de trabalho a esse nível.-----

Voltou a pedir, a reiterar, de uma forma muito simples, que compreenderão, para o bom funcionamento da Assembleia Municipal, que têm que, por vezes, ter alguma contenção emocional, e por outro lado, parece-lhe perfeitamente inadmissível, quando leem uma ata destas, o Presidente da Assembleia Municipal estar a dar uma determinada orientação, ou no uso da palavra, e ser interrompido, aos gritos, por um membro da Assembleia Municipal. Não voltará a tolerar uma situação desta natureza.-----

É bom, também, que os membros desta Assembleia conheçam que as reuniões não podem ser prejudicadas, não podem ser interrompidas, ou suspensas, porque prejudicam o interesse público e o andamento dos trabalhos.-----

Fará uso daquilo que, nos termos da Lei, está ao seu alcance, para garantir, de forma firme e determinada, que, nesta casa, neste órgão, as coisas correm bem e que todos conseguimos ter a tal contenção emocional, que episódios são episódios, e que isso não ganhará, digamos, uma regra neste órgão.-----

--- O Deputado José Machado em nome do Grupo Municipal do PS, fez a seguinte intervenção: -----



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

“No âmbito da celebração dos 40 anos do 25 de abril de 1974, sugerimos uma sessão da Assembleia Municipal, neste local onde se realizou, há 4 décadas, uma importante e decisiva reunião do Movimento das Forças Armadas. Nessa sessão seriam apreciados os principais aspetos positivos e negativos no concelho de Óbidos, nestes últimos 40 anos, incluindo nomeadamente a educação, a saúde e a utilização dos fundos comunitários.----- Com base na grande esperança da população criada com a Revolução do 25 de abril, debateríamos, na ótica do concelho de Óbidos, quais são as principais ações materiais e imateriais a defender, designadamente as prioritárias para serem comparticipadas pelo novo quadro comunitário que se designa Portugal 2020 e que é o sucessor do QREN.----- Seria também debatida a necessária reforma do município, com a análise da situação atual e perspectivas de qualidade, eficiência, estabilidade e flexibilidade que deverão ser asseguradas numa ótica de médio e longo prazo. Seria incluída a análise das vantagens e dos inconvenientes da administração municipal paralela que é feita através da empresa municipal.-----

Seguindo a prática de ser na última 6ª-feira do mês em que há sessão ordinária da Assembleia Municipal, a próxima seria no dia 25 de abril. Sendo nesta data, a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal incluiria o agora sugerido debate no âmbito da celebração dos 40 anos da Revolução de abril, convidando desde já os grupos municipais do PSD e da CDU para serem consensualizados pontos concretos a propor para a ordem de trabalhos. No caso de haver necessidade de apreciar e deliberar muitos outros assuntos na reunião ordinária da Assembleia Municipal de abril, a realizar em data diferente do dia 25 de abril, convidamos os grupos municipais do PSD e da CDU a subscreverem connosco a solicitação de uma Assembleia Municipal extraordinária sobre o tema que hoje vos propomos.”-----

Perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se primeiro há intervenções sobre a celebração dos 40 anos do 25 de abril, pela Assembleia Municipal de Óbidos, ou se prossegue com os assuntos diversos, todos telegráficos, mas diferentes deste.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, nos termos da Lei, os membros da Assembleia Municipal podem propor, têm prazos consignados para isso, assuntos dentro da ordem do dia. Portanto, podem construir a própria ordem do dia. Isso é uma faculdade que cabe a qualquer membro da Assembleia Municipal, respeitados os prazos, os termos e as condições que a Lei prevê para isso.-----

Sobre a marcação da próxima Assembleia Municipal, não têm, ainda, uma decisão de dia sobre essa matéria, mas haverá, seguramente, a necessidade de fazer uma reunião ordinária, até ao final do mês de abril, até porque a Lei assim o obriga e terão oportunidade, então, de criar espaço para que os membros da Assembleia Municipal, os grupos parlamentares se pronunciarem.-----

Acha que poderia funcionar bastante bem, haver, pelo menos, três intervenções, uma de cada membro, representando o seu respetivo grupo parlamentar, mais sobre a questão evocativa dos 40 anos do 25 de abril. Acha que poderiam dar lugar a esse espírito mais celebrativo.-----

Imagina que a Autarquia tenha um conjunto de iniciativas, também, de celebração e de comemoração. Agora, também, não lhe parece que seja muito adequado discutir tudo, todos os temas, numa única reunião.-----

--- Essa ideia da democracia, que é a ideia que resulta desse inicial golpe militar e que abriu, no fundo espaço para a construção da democracia em Portugal, é precisamente de ir



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

construindo. Não fará mal nenhum que se faça um balanço, que se coloquem questões e que, cada grupo parlamentar, na próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal, que será perto dessa data, não terá que ser necessariamente no dia 25, mas no dia que vier a ser marcada, faça uma intervenção mais de fundo, expressando os seus pontos de vista sobre, se quiserem, a democracia em Óbidos, ou sobre as grandes conquistas dos últimos quarenta anos.-----

Sobre outros assuntos em concreto, que digam respeito à ordem do dia, essa é uma matéria que compete à Assembleia Municipal, como disse, nos termos da Lei. -----

--- O Deputado José Machado disse que, recentemente, foi lançada uma *Carta Aberta* da Associação de Pais do Agrupamento Escolar que, a seu ver, merece atenção e debate.-----

Acrescentou que convirá esclarecer nomeadamente o seguinte: -----

- Como se irá intervir para esbater as difíceis condições socioeconómicas das famílias de alunos, que será a principal razão dos preocupantes resultados, segundo os rankings.

- Definição clara dos direitos e deveres dos encarregados de educação. -----

- Como vai ser articulado o horário completo dos alunos com o dos docentes que lecionam no ensino público? -----

- Custos adicionais anuais a suportar anualmente pelo município com a opção da Escola Municipal.-----

- É assumido que no espaço da sala de aula deverá reinar o trabalho, o rigor, a responsabilidade e a disciplina?-----

Finalizou a intervenção sobre este assunto o Deputado José Machado, dizendo que, sobre o importante tema da educação, outros membros da sua bancada irão também intervir. -----

O Deputado José Machado referiu o problema de, em parte do concelho, não ser disponibilizado pelos operadores de telecomunicações, nomeadamente os serviços de TV e Internet, por cabo.-----

Disse que parte da população do concelho de Óbidos, para recorrer àqueles serviços via satélite, tem que pagar mais caro. Acrescentou que, assim, cada uma dessas famílias paga, anualmente, algumas centenas de euros a mais do que noutras localidades. Continuou a sua intervenção, referindo também a maioria da população do concelho não é servida por rede de gás natural, sendo a utilização do gás propano ou butano mais cara. Expressou o ponto de vista que será por estas e outras razões que, quando chega a altura de escolher casa, há jovens que optam por outras localidades, contribuindo para a diminuição da população em várias aldeias do concelho. Sugeriu que o Município exerça pressão junto das entidades a quem compete promover a instalação dessas infraestruturas. -----

O Deputado José Machado disse que o grupo municipal do PS saúda o atual presidente da Câmara por ter alterado a postura do seu antecessor sobre a requalificação da Linha do Oeste. -----

Prosseguiu dizendo que o anterior presidente da Câmara afirmou, designadamente na Assembleia Municipal de fevereiro de 2012, que a Linha do Oeste estava morta e era perda tempo qualquer diligência quanto à sua requalificação. Acrescentou que nessa sessão da Assembleia Municipal de há 2 anos, as intervenções dos deputados Cristina Rodrigues e Custódio Santos foram rebatidas pelo então presidente da Câmara e que, agora, o atual presidente da Câmara toma uma posição contrária à do seu antecessor, corrigindo esse erro de visão. Prosseguiu dizendo que verifica-se, assim, que o atual presidente tem opinião totalmente diferente da do anterior quanto à requalificação da Linha do Oeste, o que é de saudar. Disse ainda o Deputado José Machado que passa a haver um consenso dos vários



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

grupos, nesta Assembleia, sobre a necessidade da requalificação da Linha do Oeste, que está incluída na rede nacional de mobilidade, no sentido de a via-férrea ser dotada de novas aptidões e tecnologias e redução do tempo de viagem, de modo a cativar e incentivar os passageiros a usar mais este meio de transporte e também para ser uma via que responda ao desafios e exigências do atual tecido empresarial.-----

Finalmente, sobre este assunto, o Deputado José Machado lembrou a sua proposta anterior de o transporte municipal *OBI* passar a estar articulado com horários de comboios na estação de Caminho de Ferro de Óbidos.-----

O Deputado José Machado referiu que representantes de vários partidos das Caldas da Rainha questionaram publicamente a validade do que tem sido afirmado, pela Câmara de Óbidos, sobre as Termas das Gaeiras. Citou, a título de exemplo, um representante do PSD das Caldas da Rainha ter afirmado que o "anúncio do investidor russo é mais uma questão de *marketing*" e que esse representante do PSD recordou "Óbidos dizia que ia ter um dos maiores centros comerciais do distrito. Onde é que ele está?".-----

O Deputado José Machado perguntou qual é a resposta da Câmara Municipal de Óbidos a esta declaração do PSD das Caldas.-----

O Deputado José Machado prosseguiu a sua intervenção, citando a seguinte notícia publicada no jornal Gazeta das Caldas, de 17 de janeiro de 2014:-----

"Em 14 de setembro, a 15 dias das últimas eleições autárquicas, o executivo então liderado por Telmo Faria realizou nas Gaeiras uma conferência de imprensa no qual anunciou a descoberta de um aquífero termal que potenciaria um projeto turístico ancorado num spa e no turismo de laser."-----

O Deputado José Machado disse, ainda, que o anúncio da Câmara, em setembro do ano passado, sobre a alegada descoberta de um aquífero termal nas Gaeiras e de um projeto turístico para aquele local parece ter sido apenas um fogacho eleitoral. Este deputado informou que já no século XIX se sabia que, junto à localidade das Gaeiras, existiam águas minerais e que a Câmara pretendia explorá-las, conforme se comprova pelas atas da Vereação de 16 de setembro e 11 de novembro, ambas de 1885, de que leu extratos.-----

Concluiu esta intervenção o Deputado José Machado, dizendo que já havia, há 128 anos, interesses de parte da Câmara para proceder aquela exploração e que a referida afirmação de ter descoberto tal nas vésperas das últimas eleições, é desmistificada com as atas antigas da Câmara que mencionou.-----

O Deputado José Machado disse que, ainda relativamente ao caso Pingo Doce, na última sessão o presidente da Assembleia Municipal falou longamente sobre este assunto e que, em seguida, não houve oportunidade para os grupos da oposição expressarem os seus pontos de vista sobre essa versão polémica, com implicações importantes para o município, nomeadamente financeiras. Prosseguiu dizendo que gostaria de ter dito nessa ocasião que, no caso Pingo Doce, um acordo entre as partes, sem dúvida resultaria numa quantia bastante inferior a pagar pelo município. E que foi esta a proposta feita logo a seguir a ter transitado em julgado a decisão do Tribunal da Relação, na qual ficou provada, nessa 3ª sentença, a confirmação do teor das duas anteriores, isto é, foi contrariada a versão do anterior Presidente da Câmara exposta, demoradamente, na anterior sessão da Assembleia Municipal, sobre o negócio do terreno onde está o supermercado **Pingo Doce**.-

Acrescentou o Deputado José Machado que considera um grande erro o anterior presidente da Câmara ter processado criminalmente o antigo proprietário do terreno, por este ter solicitado que a Câmara o indemnizasse com os argumentos que, posteriormente, o



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Tribunal veio a dar razão ao referido antigo proprietário. Este Deputado disse que consta do processo que já transitou em julgado que o anterior presidente da Câmara afirmou, quando inquirido pelo Juiz, num Tribunal em Leiria, que o processo que moveu ao citado antigo proprietário do terreno tinha por objetivo que ele abdicasse da pretensão de receber um valor adicional.-----

O Deputado José Machado disse que a verdade é que o anterior Presidente da Câmara perdeu o processo sobre este assunto, nos 3 julgamentos anteriores ao de 2013 e a última dessas decisões judiciais, após transitar em julgado, foi junta e retratada no processo julgado o ano passado, não obstante a oposição infrutífera do Município à junção dessa sentença. Esclareceu este Deputado que, segundo a última sentença judicial, a Câmara Municipal vendeu por valor superior a quatro vezes mais caro, o terreno para um supermercado, que tinha sido comprado antes pelo município para utilizar em infraestruturas públicas.-----

O Deputado José Machado recordou que foi informado pelo presidente da Assembleia Municipal, nas anteriores sessões, que a Mesa está a elaborar um estudo preparatório da revisão do Regimento desta Assembleia. Prosseguiu o Deputado José Machado pedindo que seja disponibilizado aos vários grupos desta assembleia um draft desse estudo preparatório e lembrou designadamente a sugestão da intervenção do público passar para o início da Assembleia, por analogia com a boa prática de outras Assembleias Municipais, como, por exemplo, nas Caldas da Rainha.-----

O Deputado José Machado referiu que, já este ano, houve uma avaria que impediu parte das pessoas da vila de Óbidos verem TV durante cerca de uma semana, lembrando que há idosos para quem os programas de televisão são a única companhia que têm em casa.-----

Perguntou o Deputado José Machado quando se concretizará o anunciado acordo com a Portugal Telecom, para substituição da rede existente em cabo coaxial por fibra ótica, que proporcionará uma melhor qualidade de serviço.-----

--- O Deputado Ricardo Duque disse que queria apenas referir aquilo que foi para Óbidos mais um reconhecimento turístico. Como a maior parte dos membros da Assembleia, sabem, Óbidos estava num concurso online daquilo que seriam os melhores pequenos destinos turísticos a nível europeu. Estavam a concurso e como adversários diretos, Ribeira da Dinamarca, e Óbidos ficou assim em segundo lugar com uma diferença apenas de 170 votos.-----

Querida aqui apenas reforçar aquilo que foi mais uma vitória para Óbidos, mais um reconhecimento daquilo que é mais uma organização e fazer um agradecimento público a todas as pessoas que votaram, para que este resultado fosse possível.-----

--- O Deputado Albino Sousa, sobre as contas dos eventos da empresa municipal Óbidos Criativa, disse o seguinte:-----

Apesar de já ter abordado este tema em sessões anteriores, aquando do fiscal único, Óbidos Criativa e seus eventos, venho alertar para outros pequenos esclarecimentos, que consideramos essenciais.-----

Como a Óbidos Criativa não é uma empresa privada, é pública e não é autossustentável, consideramos ter que haver uma maior discriminação/esclarecimentos, para além do seu balanço anual, que segue as regras contabilísticas -toc/roc- e que apenas vem à assembleia municipal para conhecimento.-----

Apesar das minhas dúvidas e contas de merceeiro, conforme dica do presidente Humberto, deve verificar gravação da assembleia municipal, para não me voltar a desmentir, não sei



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

se já estarão apuradas as contas e refiro-me apenas a um simples balancete da vila natal, quanto ao número de visitantes, o número de pagantes, as despesas totais e o saldo final deste evento – positivo e ou negativo. -----

Era salutar que os deputados desta assembleia tivessem também alguma curiosidade em saberem estas continhas, pois olhando apenas para o balanço anual, ficarão eternamente à espera, sem perceberem e sem terem acesso a estas miudezas, assim como eu nunca tive durante tantos anos. -----

Aproxima-se o chocolate, já preparamos o medieval, ainda ontem tivemos aqui uma excelente reunião e voltarei a participar se a minha associação for aceite, o merceiro vem apenas solicitar estes simples dados, mas que seriam úteis para os deputados e demais obidenses ficarem mais elucidados e conhecedores duma gestão transparente e sem empolamentos nos media, pois quem não deve não teme e se há eventos que deveriam ser repensados, falando apenas quanto ao custo/benefício, o grupo municipal do PS, apenas luta por uma “Óbidos Criativa “ autossustentável, sem necessidade de viver de verbas dos contribuintes, via dotações da Câmara Municipal. -----

Na Gazeta das Caldas de 7 de fevereiro último, vem assunto relacionado com a vila natal. Segundo foi noticiado, houve 140.000 entradas, que a 5 euros daria uma receita de 700.000 euros e com uma despesa de 200.000 euros e comparticipada pelo turismo, daria um lucro superior ao subsídio da Câmara Municipal à empresa municipal Óbidos Criativa. -----

Aquilo que quer chamar à atenção, com esta sua intervenção, é estas coisinhas miúdas. Talvez possam achar que está a ser miudinho de mais, mas o balanço da empresa municipal é longo, é vasto, é grande. Mas estas continhas de quantas pessoas entraram, quantas pessoas pagaram, qual é o número de ofertas, têm que descontar os Municípes que não pagam. Sabem quais são as despesas. Não custava à Óbidos Criativa que fizesse uma discriminação, evento a evento e se desse conhecimento a esta Assembleia, o saldo positivo, o saldo negativo, e não olharem só ao balanço anual, que vem apenas ao conhecimento da Assembleia. -----

--- A Deputada Joana Machado disse que na última Assembleia fez algumas perguntas sobre o projeto da escola municipal. Entretanto passaram dois meses e queriam voltar a fazer algumas perguntas, porque, entretanto, já houve várias reuniões e como já falaram, ao contrário do que foi dito na última Assembleia, parecia que estavam contra a escola municipal. -----

Não é esse o ponto de vista do PS. Vão ter mudança e, com certeza, com isso vão ter melhorias, querem é saber algumas coisas que ainda não lhes foram ditas. Como também falou na última Assembleia, os receios que têm sentido, por parte de alguns encarregados de educação e docentes. -----

Queria perguntar se já há garantias para turmas mais pequenas? -----

Se já há garantias para os alunos terem continuidade pedagógica?-----

Se já se sabe a carga horária que os alunos vão ter? -----

Que cursos técnico profissionais vão ser adaptados à nossa realidade?-----

Uma vez que é um modelo assente na criatividade, quais são as novas áreas curriculares adaptadas à nossa realidade? -----

--- A Deputada Sílvia Correia, em nome do Grupo Municipal do PCP, disse que voltando ao tema da escola municipal, mais uma vez, a Câmara Municipal de Óbidos mostra a sua falta de respeito e consideração em relação à Assembleia Municipal ao não prestar qualquer informação sobre a possível municipalização da escola em Óbidos. Tendo em



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

conta que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo máximo de uma Autarquia e a quem compete fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, e que na sessão da Assembleia realizada em dezembro, este mesmo executivo afirmou que iria dar mais informações sobre o assunto à população, a verdade é que este executivo já reuniu com professores, pais e com todas as associações, excluindo apenas os seus parceiros da Assembleia Municipal, os quais representam a população que os elegeu para este órgão. -----

Com o objetivo de tentar obter mais informações e opiniões sobre este projeto, tentamos agendar uma reunião com o deputado parlamentar do PCP - Bruno Dias, e contactamos as três associações de pais do Concelho, assim como a direção do Agrupamento de Escolas de Óbidos. Apenas obtivemos confirmação da Associação de Pais do Furadouro e a indisponibilidade da direção do Agrupamento para o dia proposto por nós, bem como a inexistência das condições necessárias para receber o deputado do PCP, tendo em conta que ainda estão instalados nos monoblocos. Aguardamos que se concretizem as obras da Escola Josefa de Óbidos. -----

De qualquer modo, e apesar de pelos vistos não ser do interesse do executivo da Câmara saber a nossa opinião sobre este tema, não podemos deixar de aqui manifestar, na tentativa de assim poder explicar à população os riscos que se correm ao aderir a um projeto destes.- Tendo em conta que um dos pilares do Estado democrático definido na Constituição da República é o da Escola Pública, que deve ser gratuita, universal e ao mesmo tempo com elevados níveis de qualidade, não podemos pois concordar com um projeto em que se tenta transferir para uma autarquia a gestão de um agrupamento de escolas, o qual apesar de nos tentarem fazer acreditar que é apartidário, terá que ser gerida por uma Câmara Municipal que é eleita de 4 em 4 anos, e como é óbvio é partidária. -----

A nossa posição em relação ao projeto de municipalizar as escolas assenta em vários pontos: -----

1- É um instrumento de destruição da Escola Pública, como um todo nacional, segundo o princípio da Igualdade de acesso à Educação e ao Ensino. Todos sabemos que este é o primeiro passo dado para uma possível privatização da escola no futuro. -----

2- Um modelo pedagógico municipal? Pura demagogia e instrumento, não de educação e ensino, mas de formatação das mentalidades para um determinado modelo à medida das conceções filosófico-políticas da direita e nomeadamente do PSD. Qualquer pai ou mãe percebe o que está a prejudicar os seus filhos no ensino nacional...é o aumento do número de alunos por turma, a falta de apoios nas disciplinas nucleares, a falta de acompanhamento por parte do serviço de psicologia, a falta de pessoal de professores e de pessoal não docente, entre outros... Melhorar a Escola Pública é preciso, mas isso só será possível pondo termo a esta política de estrangulamento financeiro da mesma e de favorecimento, sob as mais variadas máscaras do ensino privado. -----

3- Um modelo infelizmente sem sustentação, numa Câmara Municipal com graves problemas financeiros, como o provam o recurso ao PAEL, só no campo da ilusão, se pode pensar que o município é capaz de gerir um projeto municipal de educação e ensino. Face à incapacidade financeira futura, fica aberta a porta para a privatização, sob as mais variadas formas já avançadas pelo Governo PSD/CDS. A não ser pelo facto de poderem aderir a projetos comunitários onde consiga obter recursos financeiros que permitam concretizar o seu “projeto” de ensino, bem como resolver outros problemas financeiros da Câmara, talvez consigam iludir os mais incautos. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

4 – Será um instrumento de partidarização do recrutamento de professores contratados que deixam de estar sob a alçada de critérios nacionais de seleção na sua maioria, e deixa a porta aberta para o agravamento do uso e abuso da precaridade no emprego, neste Município.-----

O que é urgente é que o governo invista na educação a nível nacional de modo a proporcionar a todos e por igual um ensino de qualidade, porque relativamente às escolas que desejam querer adaptar o seu currículo pedagógico à realidade dos seus alunos, já existe forma de o fazer, os atuais contratos de autonomia. -----

Sugerimos que se a CMO está tão empenhada em contribuir para o sucesso dos alunos do Concelho de Óbidos, então que comece a tentar resolver os problemas que existem atualmente nos equipamentos escolares a seu cargo, que não são poucos, e deixe para o Ministério da Educação, a gestão das mesmas.-----

Estamos conscientes, contudo, que para isso contribuirá decisivamente o derrube deste governo e o fim das políticas que quer levar a cabo de destruição das funções sociais do Estado.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que gostaria de fazer uma observação, na medida em que a Assembleia Municipal, foi, nesta intervenção, visada sobre a sua participação acerca de um determinado assunto, muito importante e muito estratégico na vida do Concelho.-----

Compreende que, de facto, a Assembleia Municipal, como órgão deliberativo e representativo, que é, deve participar de todos os assuntos e de todos os setores. Portanto, todos os membros devem sentir-se incluídos e fazer este trabalho, dentro do terreno, dentro do próprio Concelho.-----

Está articulada entre a Mesa da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, a realização de uma reunião da Assembleia Municipal, exclusivamente dedicada ao tema da educação. Pareceu-lhes que essa reunião só deverá ter lugar após a assinatura do acordo, ou das relações contratuais a estabelecer entre o Município e o Ministério da Educação.-----

Se houver, naturalmente, necessidade de haver alguma deliberação que tenha, por essa via, de vir à Assembleia Municipal, virá, naturalmente.-----

Parece-lhe que o processo de discussão que está em curso e o envolvimento de vários atores, os pais, através das suas associações, os pais diretamente, os Autarcas, etc., ganhará propriedades muito mais enriquecedoras após terem alguma evolução, para que a própria Assembleia Municipal dê a sua opinião, através dos seus membros, dos seus grupos parlamentares, etc..-----

Gostaria de prestar estas informações, até porque matérias que digam respeito, outro tipo de intervenções, em matérias como viram o Deputado José Machado, que o vai desculpar, numa autêntica perseguição à sua pessoa, não o levará a fazer intervenções de natureza política, como avisou no início desta reunião e no início das outras anteriores. Mas aqui, devia, no fundo, dar esta informação, porque lhe parece que o tema é de extrema importância, mas estará disponível para procederem de outra maneira, caso a Assembleia, ou os seus membros, o queiram fazer de outra forma.-----

--- O Deputado Custódio Santos disse que queria colocar ao Presidente da Câmara a seguinte questão: Estão quase no início da primavera, a começar a ter mais turismo em Óbidos, mais trânsito em Óbidos. Gostava de perguntar, já que faliu o anterior projeto para o regulamento de trânsito de Óbidos, foi trabalho infrutífero, para quando é que é resolvida essa situação.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Sobre a paragem dos autocarros, a seguir à Assembleia foi pintada a passadeira, mas aquilo também foi infrutífero. A estrada está num estado lastimoso. Nem sequer procuraram um dia que desse para enxugar a tinta. Aquilo está na mesma e tem rebentado, sucessivamente, os canos da água. Passe por lá e veja que aquele terreno e aquela calçada tem sido posta no terreno todo abatido. É ali uma lagoa de água e as pessoas têm que passar por lá. -----

O estacionamento, na parte que está interdita, continua e continuam as mesmas dificuldades. -----

Passe pela Navalha, pela cova do Anselmo, e veja a situação daquela estrada. Sabe que estão no inverno, ainda, e que talvez não houvesse possibilidade de iniciar aquelas obras, mas pelo menos façam questão de sinalizar aquilo, porque para quem não conhece, está ali um perigo constante, em que a Câmara pode ser responsabilizada. -----

Queria falar sobre o 25 de abril. Deviam levar até as escolas o 25 de abril e o que foi o 25 de abril, porque parte das crianças não sabe o que é que representa os 40 anos do 25 de abril. Havia de haver um debate público, com os Municípios do Concelho, mas, principalmente, com os miúdos das escolas. -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que relativamente à albufeira e à poluição da albufeira, gostava de saber se o novo projeto, relativamente à irrigação e às novas obras que vão ser feitas, contempla, ou não, a resolução do problema da poluição da albufeira, por causa da chamada antiga lixeira e do escoamento daquelas águas e poluentes, que são perto da escola do Alvito. -----

Pedi que nas próximas informações relativamente à lista de processos judiciais pendentes, até para terem uma melhor noção do que se passa, os processos viessem com os valores. Todos os processos têm um valor e que esse valor constasse da informação. O valor é público e a Câmara não vai estar a ferir nenhum segredo. É para terem, também, noção dos valores que estão em causa. -----

Queria reforçar um assunto que tem sido tratado com bastante afincio, cuidado e trabalho, por parte da Junta de Freguesia de A – dos – Negros, que é a questão do médico. Sabe que a Junta de Freguesia tem, insistentemente, tratado deste assunto. Cria reforçar mais uma vez. Sabe que isto é uma competência do âmbito governamental, mas queria pedir à Câmara, também, para reforçar, mais uma vez, esta necessidade. É uma freguesia geograficamente grande e para além de ser geograficamente grande, ainda têm uma particularidade. É que as deslocações não são tão fáceis como às vezes parece. -----

Decidiram dividir a intervenção relativamente à escola municipal em duas partes. Será a parte pedagógica e a parte administrativa. Relativamente à parte administrativa tem algumas questões a colocar. -----

A parte administrativa será se existe, neste momento, alguma noção, ou previsão, uma vez que o ano letivo se começa a preparar em junho, de quantos professores vão ser necessários serem contratados e uma vez que vão ser criadas novas áreas curriculares, de quais as áreas curriculares é que vão ser contratados professores? -----

Quais vão ser os critérios de contratação desses professores e qual vai ser a equipa, se é que ela já está constituída, que vai ser constituída para a criação dos critérios para a contratação dos professores? Do ponto de vista científico, obviamente, terá que ser uma equipa bastante idónea. -----

Quais vão ser as tabelas salariais desses professores que vão ser contratados? -----

Qual vai ser o tipo de vínculo laboral que estes professores vão ter? -----



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Um dos grandes problemas do ensino público recorrente é o problema da continuidade pedagógica. Se o professor for mau, ou não for muito bom, até é bom que o professor não continue. Se o professor for ótimo, é uma desgraça, porque se anda constantemente a mudar.-----

Gostava de saber qual é o tipo de contrato. Se são contratos anuais, bianuais, que tipo de contrato é que vai ser feito? -----

Queria, também, saber qual é o parecer do Conselho Geral do Agrupamento sobre a municipalização da escola e sobre todo este programa que a Câmara tem sobre a escola municipal.-----

Queria saber, também, se a escola já consultou os professores ou os representantes sindicais dos professores sobre este assunto.-----

Queria saber como é que no âmbito escolar vão ser tratados, porque uns professores têm o vínculo laboral ao Ministério da Educação, outros professores têm o vínculo laboral à Câmara. Como é que vai ser o seu tratamento, se vai haver diferenciação salarial.-----

São questões eminentemente práticas, mas que podem surgir. Se um professor em que a entidade patronal é o Ministério da Educação é obrigado a seguir as ordens que lhe são dadas pela Câmara Municipal?-----

Não são críticas, são preocupações, são questões, mas são questões eminentemente práticas, tal como surgem, também, no mundo empresarial. São muitos, mas os anos letivos começam-se a preparar em junho e já estamos quase em março. -----

Está a ver que por muitos esforços que estejam a ser feitos, por muitas tentativas de diálogo que estejam a ser feitas, o processo, por aquilo que lhes é dado a conhecer, está um pouco atrasado.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que em relação à intervenção do Deputado José Machado, ficam sempre com a ideia de que esta análise dos quarenta anos anteriores, se vão centrar nos últimos doze. Aquilo que se passa e aquilo que é recorrente nas suas intervenções, são sempre ir buscar temas ao passado, que estão sempre direcionados para a mesma pessoa, que sabem quem é. Dá um pouco a ideia que essa discussão dos quarenta anos de comemoração do 25 de abril se vai centrar naqueles que foram, na sua opinião, claramente, os piores doze anos deste período, quando, um pouco unanimemente, é considerado como um dos maiores períodos de transformação do Concelho. Será esse o propósito, espera que não. A data, por si só, justifica que não seja esse o espírito.-----

Há aqui uma outra questão que também lhes interessa, obviamente, fazer essa evocação dos 40 anos das conquistas que o 25 de abril transportou para a nossa realidade e para aquilo que é o nosso presente, hoje em dia, mas interessa-lhe discutir então os próximos 40 anos. Aí, para além de uma discussão séria, com base nos princípios que defendem, precisam de saber qual é a visão do PS, e que o Deputado José Machado, representante nesta Assembleia Municipal, tem em relação a estes, que são as linhas, e aquilo que vai ser o programa de financiamento dos próximos anos.-----

Da parte do Município, pode-se não concordar, elas são claras e os projetos existem. Estão aqui a falar de alguns deles e tem outros que não estão aqui a ser discutidos, mas são claros.-----

Para iniciarem um debate é preciso que todas as partes saibam do que é que estamos a falar. Teve algumas dificuldades de partir para um debate, quando não sabe qual é a visão, em concreto, que o PS tem para os próximos anos, em relação àquilo que são os destinos de Óbidos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Outro tema recorrente, é quase um padrão de comportamento das suas intervenções, e não leve a mal dizer isto, é este pingue-pongue, entre Caldas da Rainha e Óbidos. Gosta um pouco de fazer estas referências, em Caldas da Rainha disse isto, à espera que em Óbidos exista também um pingue-pongue. Fala aqui da questão de um centro comercial. Também podia perguntar onde estão um conjunto de centros comerciais que foram propostos para as Caldas da Rainha, mas isso não serve a nenhum dos Concelhos, em particular. -----

Outra questão muito interessante, também, é alguma confusão, na sua perceção, entre aquilo que é o papel da iniciativa privada e a pública. Fica sempre com a noção de que há aqui uma confusão de qual deve ser o papel do Município e, portanto, o Município pode, naturalmente, falar, mas há limites para aquilo que é a sua atuação, até porque vivemos num mercado livre. Foram aqui abordados muitos temas que são, obviamente, dependentes de empresas que prestam serviços e o mercado é livre e tem os seus condicionalismos. E o Município tem, naturalmente, feito esse trabalho para sensibilizar as entidades em questão. Não se pode, de alguma forma, sobrepor ao mercado, e de alguma forma, atuar nesse propósito. -----

Ouviu a intervenção do anterior Presidente Telmo Faria sobre a questão da linha do oeste e crê que aquilo que ele disse na altura continua a ser tão atual, e é, principalmente, a mais atual nesta altura, quando se fala da modernização da linha do oeste. Aquilo que foi dito na altura é que aquele modelo, que é o modelo que existe, é um modelo que não funciona. Acha que é óbvio, é claro. Foram faladas soluções em relação à linha do oeste, que podiam ser aplicadas numa lógica até um bocadinho disruptivo em relação aquilo que está previsto, ou que é sempre pensado em relação à linha do oeste. -----

Aquilo que acha é que nunca conseguem uma discussão para além daquilo que óbvio, porque entram sempre nesta questão do combate político, que não deixa que as ideias e que os projetos, um bocadinho mais sofisticados, possam aparecer. -----

Pede desculpa por dizer isso, mas a verdade é essa. Vir buscar um tema destes para atacar o anterior Presidente da Câmara, nesta altura, é, absolutamente estranho e, mais uma vez, recorda-se da conversa que tiveram no final da última Assembleia, que para si foi muito esclarecedora. -----

Crê que era bom para ambas as partes que conseguissem passar desta questão. -----

Em relação às termas das Gaeiras, o que é notável é essas comparações com o projeto e ir buscar essas referências históricas, que, por acaso, também conhecia. Isso é um interessante exercício do ponto de vista histórico, mas deve-se dizer que aquilo que foi apresentado, foi um relatório técnico, científico, sobre as águas, sobre a nascente, sobre a qualidade das águas em questão. Estar aqui a discutir se a Câmara Municipal disse que foi descoberto, ou não, é absolutamente irrelevante. O que interessa é o trabalho técnico que foi feito, científico, que pode permitir construção de um investimento, que tem um impacto altamente significativo no nosso território. -----

Mais uma vez não é útil entrarem em questões de conflitos com as Caldas da Rainha, neste, ou noutros termos. Os projetos em questão são absolutamente complementares. Existir hospital termal e as termas das Gaeiras, não existe nenhum problema, bem pelo contrário. Existe uma riqueza, que do ponto de vista regional nos faria a nós, como território, uma referência a todos os títulos. -----

Em relação à Deputada Sílvia Correia, nas questões da educação, e com todo o respeito, ouvir o PCP falar de formatação dos alunos do ponto de vista filosófico, deixa espaço para muitas interrogações. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Sendo uma escola municipal, não estamos a falar de um poder público, não estamos a falar de privatização, não é nenhum caminho para a privatização da escola.-----

O facto de ser uma escola municipal e o facto de ser gerida por uma Câmara Municipal, enfim, nalguns aspetos é, ou não é, um sinal, também, de democracia. As Câmaras Municipais, vão, ou não vão, a eleições, são, ou não são, escrutinadas de quatro em quatro anos. As pessoas têm, ou não têm, o poder de falar, têm, ou não têm, um ator a quem possam recorrer e a quem possam perguntar e questionar, quando as coisas correm mal. ----

Esta é, na sua opinião, o mérito do trabalho que está a ser feito, com todas as dificuldades, porque ninguém podia esperar que um processo destes fosse fácil de fazer. Mas a questão que está a ser feita aqui é que este projeto está a ser escrutinado por toda a gente. Gostava que lhe dissessem quando é que um projeto que fosse feito pelo Ministério da Educação, ou por um governo de Portugal, conseguia ser escrutinado, conseguia que toda a gente, com boas e más intenções, nalguns casos. Quando é que esse projeto seria possível de ser debatido, comentado e participado desta forma. Isto não é um sinal de menos democracia. Isto é um sinal de mais democracia. Isto é aquilo que estão a falar, quando falam em trazer a participação dos cidadãos para os processos. -----

Aquilo que tem que ser feito, e aí pede a todos que falta um pouco de tranquilidade neste debate. Ouviram perguntas do PS que lhe parece que são válidas, que são construtivas e acha que é esta postura que é preciso ter. Precisam, também, que o PS, mais uma vez, passe das perguntas a propostas concretas. Isso, acha que é o próximo passo. Perguntar não ofende, querer saber não ofende, acha que são questões que são importantes para a vida das pessoas. -----

Pediu ao Deputado José Machado que sempre que falar no assunto Pingo Doce, lhes explique onde é que o Município foi lesado, porque continua a não conseguir perceber. Desde quando é que fazer um mau negócio, desde quando é que o Município é lesado, deste ponto de vista. É esta questão que gostava de saber. Infelizmente vivem num país que tem estas particularidades e vão esperar pelos resultados todos.-----

--- O Deputado Luís Oliveira disse que o Deputado José Machado vem aqui falar em acordo entre as partes, em propor acordos entre as partes. Dá a ideia que o Deputado José Machado tinha conhecimento de qual era o valor que o anterior empresário queria nesse acordo. No entanto, ninguém tem conhecimento desses valores. -----

Não sabe se ele próprio teria, ou terá, algum interesse nesse tipo de indemnização, porque o esforço que ele faz e o tempo que ele tem dedicado a este ponto, é, realmente, grave que ele continue a debater uma situação e a dizer que isto transitou em julgado. Aquilo que tem conhecimento, é quando transita em julgado há um culpado. -----

A própria Câmara, na última Assembleia Municipal, informou a mesma de que ia recorrer, o que quer dizer que ainda não transitou em julgado, que ele saiba. A não ser que a Câmara não tivesse feito esse recurso e as coisas tivessem mesmo transitado em julgado. Não sabe onde o Deputado do PS, José Machado, foi buscar estas coisas.-----

Em relação ao anterior Presidente da Câmara tem que dizer uma coisa que lhe desagrada muito. Parece que o Deputado José Machado está aqui para debater o passado, para continuar a atacar o anterior Presidente da Câmara, atual Presidente da Assembleia Municipal, e não percebe porquê. -----

Será que tem tantos problemas com ele. Será que o ter perdido, constantemente, eleições com o atual Presidente da Assembleia Municipal o leva a ter problemas tão graves com



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

essa pessoa. Se tem que o diga, que o esclareça, que venha aqui e que diga o que é que se passa.-----

Ele próprio não se inibe de dizer que vem aqui para fazer a vida negra ao atual Presidente da Assembleia Municipal. Disse-o à sua pessoa, depois de acabar a última Assembleia Municipal. Está a dizê-lo, hoje, aqui, porque foi o Deputado José Machado que disse.-----

É complicado ouvir aquilo que ouviu, sabendo que o Deputado Albino Sousa sabe quais são as contas do anterior exercício da Óbidos Criativa. Pensa que mais nenhum elemento da Assembleia Municipal tem conhecimento disso. Ele diz que faz contas de merceiro, mas mesmo assim parece-lhe que faz contas que vêm levantar números, para uma Assembleia, que podem pôr em causa tudo o que é a própria Assembleia. -----

Não percebe como é que se vem aqui, comunicar números e falar em números, quando pensa e não tem conhecimento de qualquer valor. Fala em balanço. Os resultados não são apurados em balanço, são apurados em demonstrações de resultados. Os valores da faturação, são demonstrações de resultados. Mesmo assim, andou a ler documentos errados. Viu valores que não sabe o que são, nem sabe se são corretos. Por isso não pode dizer se os valores são errados. Muitos Municípios entraram nestes eventos, sem pagar. Isso é a realidade. Ele também o afirmou e também o disse.-----

Mas, no entanto, falar, aqui, em números redondos, nesta situação custa-lhe, realmente, ouvir, sem ser no momento certo, sem ser na Assembleia correta, para debater estes assuntos, sem terem ainda as contas aprovadas ou discutidas, no caso da Óbidos Criativa. Custa-lhe ouvir de um Deputado de uma Assembleia, aquilo que ouviu. -----

Como amigo, acha que ele se deve conter, deve ter cuidado com este tipo de observações, e deve primeiro, não só, identificar aquilo que identificou, mas deve também ver a realidade e depois, então, falar sobre ela.-----

--- O Deputado Miguel Oliveira disse que continua a falar-se de rankings, sem se consultarem rankings. Aconselhava as bancadas da oposição a tentar ver quais é que são os resultados em Óbidos e perceber que, realmente, os resultados melhoraram. Embora não sejam os desejáveis, melhoraram em quase todas as escolas de Óbidos. -----

Fica perplexo com a intervenção do PCP, quando fala em modelos centrados nas identidades locais. Se calhar é preciso perceber o que são modelos centrados nas identidades locais, e ir ver que exemplos é que nós temos, por exemplo, em Portugal. Temos alguns com muito sucesso, fala, por exemplo, de Vila das Aves. Vão para outros países da europa. Vão para Reggio Emília. -----

Portanto, tem um contexto baseado na identidade, criado a partir de uma identidade local, e que tem um sucesso extraordinário, que é dos melhores do mundo. -----

Vejamos a municipalização da educação em Inglaterra, ou nos países nórdicos. O modo como eles funcionam. Não é estar a destruir a escola pública. O facto de haver uma escola municipal não quer dizer que a escola pública seja enfraquecida, ou que haja privatização. Muito pelo contrário. Há um enriquecimento da escola pública, e, portanto, assente nesta identidade local. -----

Outra questão que o deixou perplexo é a questão dos contratos de autonomia. Convidava a Deputada a perceber como é que os contratos de autonomia têm funcionado nas escolas do país e perceber se realmente, no terreno, lhe confere assim tanta autonomia, para alterar currículos, para introduzir áreas curriculares. Perceber se isso funciona. Sim, funciona, mas não tem tido grandes resultados. No meio científico, vai a muitos congressos, e não tem visto grandes resultados.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Se não houver, realmente, uma municipalização da educação, talvez nunca consigam resolver muitos dos problemas locais que têm. -----

Quando toda a gente diz que os resultados em Óbidos, nas escolas de Óbidos, são maus, e a Câmara Municipal tem que fazer alguma coisa para mudar esses resultados. Agora que a Câmara Municipal está a apresentar um projeto sólido, refletido, conversado com todos os agentes educativos, criticam e acham que, realmente, está a ir pelo caminho errado. -----

--- A Deputada Laura Ferreira disse que foi abordada por um Munícipe. Perguntou se a Câmara já tinha feito alguma coisa no museu de Óbidos. Acha que a parede que fica para o Largo de Santa Maria está toda ressumbrada, até ao meio, e está ensopada em água. Não sabem se é do telhado que está todo cheio de ervas, se é os algarozes que estão todos sujos. Era só para saber se tinham alguma resposta, ou alguns trabalhos para fazer. -----

--- A Deputada Anabela Corado fez o requerimento que a seguir se transcreve: “A Deputada Municipal do PS, Anabela Blanc, vem requerer que relativamente à intervenção nesta Assembleia, no dia de hoje, do Deputado José Luís Oliveira, ao invés do que é habitual, fique exatamente, tudo o que foi por este Deputado dito, uma vez que, eventualmente, poderá ser necessário extrair certidão desta mesma ata, para eventuais procedimentos que oportunamente se poderão ser necessários tomar.” -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que espera que os Deputados tenham consciência de que as atas são transcritas na íntegra e que, portanto, não necessitam, sempre que pretendem ver informação sobre o assunto retratado na ata, de recorrer à figura do requerimento. -----

--- O Deputado José Machado pediu a palavra para defesa da honra. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não lhe irá conceder, porque não entende que a intervenção do Deputado tenha saído do registo da intervenção política e da qualificação política que ele quis dar às suas palavras. -----

Parece-lhe que está a usar um artifício para voltar a intervir. Acrescentou o facto de ter ocupado cerca de um terço do tempo disponível no período antes da ordem do dia, com claro prejuízo sobre os outros Deputados. Não voltará a dar a palavra neste momento. -----

--- O grupo municipal do PS mostrou o seu desagrado relativamente a esta posição do Presidente da Assembleia Municipal, considerando que não estava a ser cumprido o regimento e ameaçou abandonar esta Assembleia Municipal. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que há um conjunto de questões, muito elas ligadas à educação, que não vai responder, diretamente, a cada um dos intervenientes, mas que fará, no final, uma síntese e uma resposta às questões que lhe foram colocadas. Como perceberam, foram muitas as questões e não vai maça-los com muito tempo, em respostas.

- Sobre a linha do oeste disse que não há diferença absolutamente nenhuma. Lembrou que à época, o contexto em que se discutia a linha do oeste, era absolutamente distinto daquele que se discute hoje. À época não se discutia a redução, em tempo, de deslocação de Lisboa até aqui, mas discutia-se apenas a permanência, ou não, da rede e da circulação para pessoas e bens. -----

Fazer uma discussão à volta da linha do oeste, a saber, à época, se devia, ou não devia, de manter, tal e qual, como estava, naturalmente que nessa altura, e se tivessem a discutir isso agora, diria exatamente a mesma coisa. Não acredita nessa linha. Essa linha está morta. ---

Mas é bom que percebam uma coisa, em dois planos distintos. A primeira - Se tiverem a discutir a linha do oeste, com eletrificação, com condições de viagem e de trabalho. Se tiverem a falar numa redução de tempo de viagem. Se tiverem a falar numa zona de



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

embarque e de desembarque, muito mais direto a Lisboa, essa linha é fundamental. Naturalmente que o Presidente da Câmara, nessa circunstância, está e estará a apoiar. -----
Numa segunda dimensão é bom que percebamos como é que nós estamos. É que não vale a pena embandeirar em arco. Esperava que os Deputados fizessem uma intervenção chamando à atenção, não para aquilo que é o periférico, mas para aquilo que é o essencial. Não ouviu um único Deputado, aqui, manifestar preocupação quanto ao nosso posicionamento, da linha do oeste, entenda-se, no estudo da Evia. É que no estudo do Evia, nós, nos trinta investimentos que são considerados, os trinta investimentos necessários, estamos em vigésimo nono, com uma pontuação baixíssima. Isto não é a garantia de que nós vamos ter a linha do oeste.-----

Aquilo que pode garantir é, enquanto Presidente da Câmara, fez isso em sede da Comunidade Intermunicipal do Oeste, de desafiar os seus colegas para terem uma comissão técnica para desmontar este estudo da Evia. Não nos podemos meter de cóqueiras, ficando satisfeitos, só porque estamos nos paypline dos trinta, mas estão no vigésimo nono lugar. Não acredita naquela pontuação. Gostava muito que os Deputados viessem aqui puxar por isso.-----

Mas ao mesmo tempo, com uma outra comissão, que fez um trabalho ao nível do Mais Centro da CCDR do Centro, vem dizer, que, de facto, esta é uma obra prioritária. Fica na dúvida. Mas afinal do que é que estão a falar, não é da mesma coisa. -----

Há uma coisa que é clara, na sua cabeça. Se tiverem uma linha do oeste com as condições que referiu, têm condições para fazer o caminho e de saírem daqui, se isso acontecer, mais galvanizados, mais confiantes. Isso acredita. Se for a velha discussão existencial da lenha regular, para esse peditório não dá. Não acredita, tal como o Presidente da Câmara, à época, o referiu. Ai, Deputado José Machado, não há diferença nenhuma. -----

Quanto às telecomunicações, ditas, também, infraestruturas básicas, o Deputado sabe quais são os poderes das Câmaras Municipais nessa matéria. Se há matéria onde os poderes das Câmaras Municipais tem sido, largamente, assaltado, ou por outra, reduzidos, tem sido, também, ai. Essa é uma competência da entidade reguladora e, a entidade reguladora, devia estar a meter termo e cobro a essas circunstâncias. -----

Já não é a PT, nessa matéria, que tem a concessão do estado português, soube isso à pouco tempo, e que circula nos tribunais europeus uma ação contra o estado português, circula não, foi julgado a pagar sessenta mil euros por dia, enquanto não regularizasse uma irregularidade que cometeu, dando a conceção direta à PT, e portanto teve que lançar o concurso, ficando a Vodafone e uma outra operadora com a concessão. Isto aconteceu em dezembro passado. Teria de pagar esses sessenta mil euros. -----

A questão aqui, que colocam, é que ficámos reduzidos de poder e somos reduzidos de financiamento. Porque, efetivamente, grande parte dessas condutas e sítios por onde passam essas condutas, são receitas próprias dos Municípios. -----

Naturalmente, quando os processos chegam à Câmara para licenciamento, o Vereador e Vice-Presidente, tem toda a agilidade para isso. Mas o problema é que eles nem sempre aparecem, mesmo que tenhamos muito boa vontade e que se faça muita pressão junto dos operadores. Porque isto é uma lógica de mercado. Enquanto houver coisas para fazer, investimentos pequenos, para muitas massas, é ai que eles se vão fazer. É a lógica de privados a funcionar nisto.-----

Quanto à rede de televisão em Óbidos, tiveram problemas, mas, desta vez, não foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Óbidos. Desta vez, foi da responsabilidade da



Assembleia Municipal de Óbidos		18
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

própria PT. A Câmara e o sistema da Câmara não teve, em absoluto, a ver com a interrupção do sinal. -----

Quanto ao acordo com a PT, sabendo o que sabe hoje, e o que soube, que a PT não é concessionária do estado português para estas infraestruturas, não pode permitir aquilo que a PT quer fazer, que é, ficar ela dona de toda a cabelagem, quando o Município tem uma cabelagem, tem condutas próprias, que pertencem ao domínio privativo do Município. O acordo não avança, enquanto não encontrar uma solução, ou não esgrimia este braço de ferro, que tem, com a PT. -----

Mas o Município não está parado. O Município está, nesta altura, a encontrar um conjunto de soluções alternativas para ultrapassar, no caso de não conseguir resolver com a MEO. Estão também preocupados e estarão em condições de dar resposta dentro de alguns meses. A sua preocupação é a preocupação do Presidente da Câmara e do seu Executivo. -- Quanto às termas das Gaeiras, acha que já foi respondido, não vai gastar mais tempo sobre essa matéria, não ser comentador de comentadores. Deve dizer apenas e reforçar isto. A questão não é do existir, a questão é do existir, investigar, concluir e executar. Pouco lhe importa se esteve lá e se isto é uma pré-existência de cento e vinte e oito anos, com conhecimento de alguém, ou de alguns documentos históricos. Verdade é que não foi feito nada, e só agora têm condições para trabalhar nisso. A verdade é que existem alguns outsiders, uns mais nervosos, com medos, sem razões, outros com interesse em prejudicar, que, de facto, fazem estes comentários tolos e patéticos, que não merecem outra descrição. O próprio Presidente da Câmara de Caldas da Rainha, tem conversado muito com ele, sobre a questão das termas. Quem lhe dera que as termas das Caldas da Rainha funcionem e funcionem bem, porque se funcionarem é mais fácil, também, para as nossas. São projetos, como dizia o Deputado, complementares. É isso é que faz a força deste pendulo que passa aqui no ar, mas que a gente não o consegue fixar. Enquanto existir esta visão, altamente redutora, de andar aqui a comparar Caldas com Óbidos e Óbidos com Caldas, sabem quem é que fica a perder, a população. -----

Sobre o Pingo Doce já disse e vai repetir. Sobre essa matéria, e aliás, isto foi referido aqui, o processo não transitou em julgado. Não vai contribuir, como aliás acha, que se alguém está verdadeiramente interessado no superior interesse municipal, deve estar calado. Às vezes, tem algumas dúvidas, que aí estejam em unísono. Tem sérias dúvidas. Outras vezes fica baralhado. Está desde outubro na Câmara Municipal de Óbidos, como Presidente da Câmara e nunca ouviu, nem até enquanto Vice-Presidente ou Vereador, uma tentativa de acordo, por parte dos proprietários a dirigirem-se à Câmara. -----

Mas ouviu o Deputado José Machado falar, aqui, num acordo, reduzindo valores. Ficou na dúvida se o estava a fazer enquanto Deputado, ou se estava a fazê-lo noutra qualidade. Fica preocupado com isso, porque esses Senhores nunca o procuraram, nunca falaram com ele, nunca. -----

E há aqui uma outra questão de fundo. Poderão os Deputados dizer que o Presidente podia tomar a iniciativa. Pois podia. Podia se tivesse a consciência de que no passado, tivessem falhado. Mas como não tem essa consciência, de todo. Tem muito orgulho naquilo que foi feito, sobre essa matéria, e acha que todos têm razões para ter esse orgulho. Quer lembrar que essa matéria passou por mais de trinta autarcas, nestes últimos anos. É bom que tenhamos consciência disso e que às vezes não se confunda os planos. Acha que o Deputado José Machado, com total amizade, às vezes se deve proteger, expõe-se em



Assembleia Municipal de Óbidos		19
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

demasia. Achou que estava quase a ser o mandatário da família. É isso que o Deputado transparece. -----

--- O Deputado José Machado pediu a palavra para defesa da honra.-----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que está a responder com total amizade, com total lealdade e a pedir-lhe que, se está preocupado com o superior interesse público deste Município, que deixe de ter essas atuações em público. É isso que lhe está a dizer. Não tem que levar a mal, porque o Presidente da Câmara o está a recomendar nessa matéria. O Deputado também passou pelos órgãos e deve ter orgulho naquilo que fizeram. Nunca o fizeram de má-fé. Fizeram as coisas bem. Vamos deixar que os tribunais decidam isso, que os outros decidam isso. Não vale a pena entrarem aqui na defesa deste ou daquele. O mais importante é o interesse público do Concelho. E é essa a recomendação que faz a todos os Deputados. Não o tem ouvido falar sobre essa matéria e não vai falar, não vai contribuir para esse ruído, para o prejuízo da Autarquia.-----

Sobre o Vila Natal disse que também ninguém o ouviu falar sobre número de entradas. Desafia qualquer Deputado a procurar uma citação sua do número de entradas. Desafia, nunca. Sobre essa matéria a tese cai logo por terra. Cai por terra tudo. Uma coisa são visitantes e outra coisa é número de entradas. Isto são coisas distintas. Portanto, não faz mais considerações. Tem total respeito pelos técnicos oficiais de contas, pelos revisores oficiais de contas. Esta digníssima Assembleia terá condições para tomar conhecimento das prestações de contas da Óbidos Criativa, de escrutinar, de ver, e daí tirarem as conclusões e, se for possível, de facto, debater essas questões.-----

Relativamente à regularização de trânsito na Vila de Óbidos disse que houve coisas que se começaram. No caso particular da passadeira, dias depois do Deputado Custódio Santos levantar essa questão aqui, os serviços trataram da pintura da passadeira. Ainda não tem uma boa relação com o São Pedro e não consegue ditar do melhor tempo. Em relação ao trânsito já têm as infraestruturas praticamente feitas, a cabelagem. Vão ter que implementar o regulamento, que não está falido, como dizia. O regulamento está bem de saúde. Vão ter o regulamento a funcionar com o respetivo equipamento a ajudar o mesmo a funcionar.-----

Quanto ao muro da estrada da Navalha, como disse, não têm condições de intervir agora, mas ele está sinalizado, está no orçamento, está previsto. Logo que lhes seja oportuno, faram essa intervenção.-----

Agradeceu-lhe, também, o contributo que deu aqui ao nível do 25 de abril, versus escolas, ensinar o que é isso nas escolas. Vão ter na comemoração destes 40 anos do 25 de abril várias exposições, várias palestras, dentro das escolas. Vão levar o 25 de abril para dentro das escolas, para explicar, mostrando filmes, trazendo alguns capitães de abril, para saberem o que afinal foi isto do 25 de abril, e que importância teve na vida destas crianças e futuras gerações.-----

Sobre a poluição na albufeira, foi a primeira vez que o chamaram à atenção disso. Há análises regulares à água da albufeira. Desse ponto de vista, não houve, até agora, qualquer problema. A preocupação da Deputada Anabela Corado a esta altura, foi a sua preocupação, enquanto Deputado da Assembleia Municipal, no tempo em que se fez o aterro e que tiveram uma comissão técnica para o efeito, que na altura dava garantias que aquele muro que era feito até à zona de impermeáveis que havia, que era uma zona de argilas, que não representaria qualquer risco. Admite que os técnicos tenham, de facto, sabido fazer as coisas. Mas se há algum erro, tem a ver com essa obra.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Quanto ao médico de A - dos - Negros disse que o Presidente da Junta tem tido aqui um papel fundamental, que quer realçar. Mas ele sabe que não tem estado sozinho. O Presidente da Câmara tem feito uma pressão enormíssima junto da ACES, junto da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, para corrigir ene problemas.-----

Por exemplo, na questão o problema informático, que o Deputado Custódio Santos, várias vezes aqui referiu, foram os técnicos da Câmara Municipal de Óbidos, no dia 17 de janeiro, que ajudaram a corrigir o problema que havia no sistema informático, de lentidão, de falta de impressão, a seu pedido, deixando de gozar meia tarde, para resolver o problema às pessoas.-----

Ai não precisa de pedir mais preocupação, porque o Presidente da Câmara está, com o Presidente da Junta, muito empenhado, embora isso não seja garantia, como sabem, de resolver tudo, não é. Se fosse, assumiria essa responsabilidade.-----

Quanto à parede do museu municipal, sabe que foi feita uma vistoria técnica, foram detetados alguns problemas ao nível da cobertura. Atendendo às condições climatéricas, não podem entrar e fazer intervenções nesta altura, mas está diagnosticado. Logo que possam intervir, vão intervir.-----

Sobre a educação é bom fazerem aqui uma pequena reflexão sobre o que aconteceu em Óbidos. O que aconteceu em Óbidos, desde dois mil e quatro. Este processo liderado pelo Presidente de então, Telmo Faria, começou em dois mil e quatro, dois mil e cinco, com reorganização da carta educativa, em que tinham um conjunto de estabelecimentos e era preciso, para responder numa fase mais à frente, áquilo que eram as necessidades e áquilo que criam para uma escola em Óbidos, mais exigência, mais rigor, mais disciplina, melhores resultados.-----

Nessa altura, para além da reorganização da carta educativa, começou-se com um outro programa, que foi o programa crescer melhor. Construíram-se e investiram-se vários milhões de euros nos complexos escolares, acompanhado, sempre, com a introdução de novas áreas, com novas competências. Veja-se a escola na horta, veja-se a fábrica da criatividade, entre vários projetos.-----

É bom que tenhamos esta consciência para percebermos o que é que na verdade está a acontecer. Não é hoje que está a acontecer. Isto começou a acontecer desde dois mil e quatro. Isto não é um processo que arranque agora. Às vezes sente, na rua, que as pessoas acham que o Presidente da Câmara teve uma ideia e agora vamos lá com a ideia para a frente. A ideia está muito cimentada no tempo, ao longo destes anos todos. Perceberam, com o tempo, várias coisas.-----

A escola pública, tal como ela está, não tem, verdadeiramente, corredores de liberdade. O ex-Diretor do Agrupamento se quisesse, por exemplo, fazer determinadas orientações e fazer uma turma de 24 alunos, porque tinha, depois, outros alunos, quatro, cinco, não podia. Tinha de fazer de vinte e sete. E, depois, em última instância, ter uma turma com dez alunos. É esta escola que nós queremos. Acha que não.-----

Querem uma escola que não faça das nossas crianças cobaias. Querem estar seguros. Querem fazer este caminho, como disse, desde sempre, com lentidão, mas com muita segurança. Querem uma nova escola, que meta o aluno no centro, que trate cada aluno de forma pessoal, porque nós temos que assumir que a escola pública, tal como está a ser dirigida pela cinco de outubro, está formatada para o aluno médio. Isso não existe.-----

Nós precisamos de uma escola que responda ao aluno menos bom, que responda ao aluno médio e que responda ao aluno muito bom. E como é que nós podemos fazer isto. Com



Assembleia Municipal de Óbidos		21
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

novas metodologias de aprendizagem. Querem uma escola que responda ao currículo nacional, que coloque os nossos alunos com melhores resultados nos exames nacionais, que tenha a possibilidade, de ele quiser, a meio de qualquer ciclo de ensino, sair da escola de Óbidos, e ir para uma outra e ter um desempenho excelente.-----

Querem uma escola mais democrática, com mais liberdade. Querem uma escola que seja altamente exigente, rigorosa, e por isso, é que querem uma coisa que é diferente daquilo que acontece hoje, que é avaliações mais sistemáticas, para poderem corrigir trajetórias. É por isso que precisam de uma escola mais próxima. A escola mais próxima, e entenda-se e fique claro, escola pública. Acha que não é correto esta extrapolação para a escola, para se privatizar a seguir. Tem muito orgulho do passado e faz parte desse passado. -----

Se há críticas que, de facto, lhes podiam fazer, ou algum espirito de suspeição que lhes podiam fazer, era outro, não era esse. Era de serem uma Autarquia que ajudou a fechar colégios privados dentro do Município. Essa crítica admitia, porque foi isso que aconteceu. Foi isso que tiveram aqui dentro. Ou alguém se esquecia de que acontecia nas Gaeiras, um colégio privado que havia ali, e como é que ele está, com a rede pública, com os serviços públicos que construíram. Acha que ninguém dúvida disso. -----

Acha que nós precisamos, efetivamente, de uma escola pública que responda, de facto, aos alunos. E diz isto com total sinceridade. Não esperem da escola municipal disrupções com o passado. Não esperem, por um passo de mágica, a partir de setembro, tudo mudou. Isso não existe. Já disse isto. Isto começou em dois mil e quatro, esta caminhada, e disse isto a muitos Vereadores. Vão passar muitos Presidentes da Câmara com este autocarro para conduzir, para continuar a melhorar os resultados. -----

Agora, há uma coisa que o Presidente da Câmara vos quer dizer e quer assumir. Não quer uma escola partidarizada, e por isso foi apresentada uma primeira proposta de órgãos de gestão, onde o Presidente da Câmara é só um e o Presidente da Câmara, como é um democrata, tem apenas um voto entre vários votos. O Presidente da Câmara, se quisesse partidarizar isto, não abria a discussão a todos os atores, que é arriscado. Mas o Presidente da Câmara, por entender que é preferível ter uma escola duradoura no tempo e uma escola que não se confunda com o calendário eleitoral autárquico, preferiu meter à discussão e à criação de vários atores, a chamá-los para dentro do processo. Isto é uma grande diferença.

Agora, questões muito práticas colocadas pela Deputado Joana e pela Deputado Anabela Blanc. Essas questões são questões que vão ter de discutir mais à frente, não é agora. Tiveram uma primeira fase que foi o modelo de gestão. Vão ter uma segunda fase que é o modelo pedagógico. Depois, vão ter uma terceira fase que é instrumental. Nessa altura, é ele próprio quer trazer à Assembleia, mesmo que não seja competência da mesma, a minuta do acordo, ou esse acordo, para ser discutido, porque o que o Presidente da Câmara e a sua equipa mais querem, é que o processo seja construído por todos. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado José Machado, para defesa da honra. -----

--- O Deputado José Machado prestou várias explicações sobre o caso do terreno onde foi construído o supermercado Pingo Doce, designadamente que, em 2011, após transitar em julgado a decisão do Tribunal da Relação sobre este assunto, falou com o então Presidente da Câmara, no sentido do Município negociar com o antigo proprietário a retirada do processo judicial sobre a indemnização, tendo então sido então acordada uma reunião com o advogado que tem defendido a Câmara neste processo, Dr. Villa Lobos. A reunião ocorreu, mas o Presidente da Câmara preferiu que fosse o Tribunal a decidir. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		22
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

O Deputado José Machado acrescentou que, relativamente ao Dr. Telmo Faria, tem estima pessoal, mas divergências políticas quanto à condução da coisa pública. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. ----

--- **PONTO DOIS – DESIGNAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE ACES OESTE NORTE, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA B) DO ART.º 31.º , DO DECRETO-LEI N.º 28/2008 DE 22 DE FEVEREIRO, FORMALMENTE CONSTITUÍDO PELO DESPACHO N.º 9520/2009 DE 18 DE MARÇO DE 2009:** - Presente o ofício da ACES Oeste Norte, número cento e sessenta e cinco, de seis de fevereiro do corrente ano, solicitando a nomeação de um representante da Assembleia Municipal, a fim de integrar o Conselho da Comunidade do ACES Oeste Norte. -----

--- O Deputado José Machado disse que os membros do Conselho da Comunidade são designados por um período de 3 anos e que um dos assuntos importante a abordar é o problema das extensões de saúde, devido à falta de médicos e, também, de não haver facilidade de transporte económico para residentes em locais afastados donde são dadas as consultas médicas. Prosseguiu referindo que apesar de, em A-dos-Negros, terem sido construídas novas e boas instalações, o previsto protocolo ainda não foi assinado e a Extensão de Saúde está a funcionar com muitas limitações: na maior parte dos dias não há médico, o número limitado de consultas e a falta de uma sala de espera que só está disponível quando chega o funcionário, sendo que antes de determinada hora os utentes ficam à chuva e ao frio enquanto esperam. -----

Sugeriu o Deputado José Machado que quem representar a Assembleia Municipal de Óbidos no Conselho da Comunidade deverá questionar estes problemas e sugerir soluções viáveis com os meios disponíveis, que existem. Acrescentou que a desculpa do protocolo relativo ao novo edifício com o Posto Médico de A-dos-Negros ainda não ter sido assinado, só surgiu depois das últimas eleições. Lembrou que, na qualidade de vereador, no mandato anterior, sugeriu, várias vezes, que então avançassem esses preparativos. Disse, ainda, que quanto à falta de médicos, a situação é idêntica à que existia antes das últimas eleições. Na ocasião eleitoral dizia-se que o assunto seria brevemente resolvido, agora é referido que a falta de médicos estará ultrapassada depois de 2016. Sugeriu que o dinheiro que a Câmara disse que podia gastar com o pagamento de médico, poderia ser utilizado para transportar pessoas que vivem afastadas dos locais de consulta. -----

Em conclusão, o Deputado José Machado disse que mais importante ser o senhor A ou a senhora B a representar a Assembleia Municipal de Óbidos no Conselho da Comunidade ACES Oeste Norte é quem for identificar estes e outros problemas da saúde e alertar, com eficácia, para a necessidade da sua resolução de uma forma realista. Sugeriu que, antes da votação, o candidato a representar a Assembleia Municipal de Óbidos no Conselho da Comunidade ACES Oeste Norte exponha aqui a sua visão quanto ao que quer que seja a sua ação e que tipo de informação quer reportar, informando sobre o que fez e como fez, e com que periodicidade nesta assembleia. -----

--- Foi presente a proposta do Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Propõe a bancada do PSD que em relação ao ponto 2 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Óbidos que o representante desta bancada seja o Deputado Miguel Oliveira. Como substituto propomos a Deputada Anabela Adónis.”.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		23
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

--- O Deputado Custódio Santos disse que o candidato à resolução deste tema, de acompanhamento desta situação, que se exponha, qual é o seu recurso, as suas ideias, o que é que vai fazer. Tem muitas dúvidas. Na anterior reunião da Assembleia, apresentou uma moção que foi rejeitada pelo PSD, em que pedia melhores serviços de saúde para o Conselho, Já recolheu quinhentas e tal assinaturas no Concelho por causa deste tema. Parte dos Deputados que aqui estão, do PSD, e até Vereadores da Câmara, assinaram. ----- Espera bem que contribuam, também, para a resolução deste problema e que façam chegar estas consequências desta situação de calamidade na saúde de Óbidos, aos governantes. Que façam sentir esta situação, porque isto é uma vergonha nacional, não é municipal. As pessoas irem passar a noite à porta do posto médico e não ter consulta e depois fazerem uma reclamação e voltarem a fazer outra reclamação, e não terem consulta e irem para o hospital de Caldas, e serem mal tratados pelo médico assistente, dizendo porque é que não vão para o médico de família de madrugada, que apanham consulta.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta do PSD, posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, um voto contra, sete votos em branco e um voto nulo. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA PROPOSTA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO Art.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS, CONJUGADO COM O PREVISTO NO ART.º 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, E AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, ATENDENDO AO FACTO DO VALOR ANUAL EXCEDER O MONTANTE DE 99.760 €, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 22.º DO DL N.º 197/99, DE 08 DE JUNHO, RELATIVO AO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE REFEIÇÕES PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE REFEIÇÕES DE ÓBIDOS:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quinhentos e setenta e seis, de vinte e um de fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao facto do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22.º do DL n.º 197/99, de 08 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento em contínuo de refeições para o serviço municipal de refeições de Óbidos.-----

--- A Deputada Anabela Corado disse que a sua intervenção tem a ver com este assunto das refeições e vai aproveitar para falar no mesmo. -----

Ultimamente tem havido por parte dos alunos, algumas queixas, relativamente às refeições. Queria pedir à Câmara o reforço no cuidado, na tomada de atenção na atribuição das empreitadas nas cantinas. -----

Alguns Concelhos, como por exemplo, Torres Vedras, têm um procedimento curioso. Quem fornece as cantinas das escolas são as IPSS locais. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não era o assunto da ordem de trabalhos, o que se está a referir.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		24
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

--- A Deputada Anabela Corado disse que desde o início desta sessão, não parou de tirar a palavra, sempre, a toda a gente. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a Deputada se está a desviar do assunto que está inscrito na ordem de trabalhos. -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que pode falar quando quiser. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que se tem que fazer uma intervenção sobre aquilo que se está a discutir- -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que logo no início, teve o cuidado, a menos que ache que a alimentação das crianças não é importante. Acha que é importante. Se achar que não é importante, para já aqui, e o assunto é encerrado. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse para a Deputada fazer como entender. Se acha que apreciação e eventual autorização prévia da proposta, nos termos da Lei dos Compromissos, que obriga em que determinados procedimentos da Câmara Municipal tenham que receber autorização prévia da Assembleia Municipal, têm que ver com a intervenção que está a ter, é que não está a discutir os termos do concurso. Está-se a referir áquilo que deve constar, são observações que está a fazer, nos termos do concurso. O assunto não é discutir os termos do concurso. O assunto, neste ponto e nos pontos seguintes, é apenas dar autorização prévia a um procedimento. -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que vai ficar em ata que disse, logo no início da sua intervenção, que apesar de não ser exatamente sobre este ponto, mas aproveitando um assunto que é de suma importância, que é a alimentação das crianças, que pelos vistos o Presidente da Assembleia Municipal acha que não é assim tão importante, aproveitou para reforçar que havia determinados pontos que deveriam ser tidos em atenção, na tomada de posição, nas próximas empenhadas. Pelos votos o Presidente da Assembleia Municipal não é o Presidente da Câmara Municipal, é o Presidente da Assembleia Municipal, não acha assim tão importante. -----

--- O Deputado José Machado alertou para o lapso que existirá nos valores apresentados da repartição de encargos. Prosseguiu dizendo que os meses referidos não completam os 36, pois somando $4 + 12 + 12 + 6 = 34$ meses. Este erro ficou de ser retificado. -----

Perguntou o Deputado José Machado se continuará a ser cedido ao prestador de serviços funcionários municipais admitidos antes das eleições de 2009, para a confeção da alimentação nas cantinas. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que os termos do concurso, nessa matéria, são idênticos àquele que tiveram. Portanto, há cedência de menos funcionários, porque têm menos, mas há cedências de alguns funcionários da Câmara Municipal para a empresa. Porque esse é o garante que têm funcionários do Município, pagos pelo Município, a garantir alguma fiscalização, sistemática, do que está a acontecer nas cozinhas. -----

Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia da proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e autorização de repartição de encargos, atendendo ao facto do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22.º do DL n.º 197/99, de 08 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento em contínuo de refeições para o serviço municipal de refeições de Óbidos, postas à votação, tendo sido aprovadas por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		25
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

--- PUNTO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZACÃO PRÉVIA DA PROPOSTA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, CONJUGADO COM O PREVISTO NO ART.º 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, RELATIVO AO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, COBRANÇA POSTAL E EMISSÃO DE FATURAS, REFERENTE ÀS FATURAS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E SANEAMENTO E DO PROGRAMA CRESCER MELHOR: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quinhentos e setenta e quatro, de vinte e um de fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento de serviços de distribuição, cobrança postal e emissão de faturas, referente às faturas dos serviços de água e saneamento e do programa Crescer Melhor. -----

--- Como não houve intervenções, foi a autorização prévia da proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento de serviços de distribuição, cobrança postal e emissão de faturas, referente às faturas dos serviços de água e saneamento e do programa Crescer Melhor, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZACÃO PRÉVIA DA PROPOSTA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS, CONJUGADO COM O PREVISTO NO ART.º 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, REFERENTE À PROPOSTA DE PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO AGRÍCOLA A CELEBRAR COM O CENTRO DE GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quinhentos e setenta e três, de vinte e um de fevereiro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente à proposta de protocolo de intervenção agrícola a celebrar com o Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos.-----

--- O Deputado Custódio Santos disse que gostava de perguntar ao Presidente da Câmara Municipal qual é a atividade do Centro de Gestão Agrícola de Óbidos, porque nunca foi ouvido, nem achado, nesta situação, e muitos outros agricultores na sua situação. Qual é a direção do Centro de Gestão e por quem foi eleita. Qual é o número de sócios dessa Associação?-----

--- O Deputado José Machado disse ser necessário fazer alguma coisa para apoiar a agricultura, nomeadamente biológica ou orgânica, assim como a necessária a limpeza dos



Assembleia Municipal de Óbidos		26
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

cursos de água do concelho, que é uma competência nuns casos da Administração Central e noutros dos proprietários confinantes, mas se o município não atuar neste domínio poderá não se fazer nada e depois ser uma desgraça. -----

--- O Deputado José Oliveira disse que o Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos, tal como outras instituições do género, são associações, há várias no Concelho, têm sócios e qualquer agricultor pode ser sócio destas associações. Como tal, e nesse sentido, sendo sócio, tem direito a toda a informação, pagando as quotas e por aí fora. -----

--- A Deputada Sílvia Correia disse que tendo em conta a pouca informação e apesar do Deputado do PSD agora ter dito que os pequenos agricultores podem adquirir, inscrevendo-se, a verdade é que nós aqui, quando vamos avaliar, gostaríamos de ter mais informação, sobre o que é o Centro de Gestão, qual a natureza jurídica, foi constituído por quem, quando foi a última Assembleia Geral, quantos agricultores representam, por aí fora. Mas, na verdade, tudo isto que propõem é brincar à agricultura. -----

Porque não dizem que não é importante a sustentabilidade ambiental que está inerente neste protocolo, as boas práticas agrícolas, o fomentar a redução de fitofármacos, implementar e gerir plataformas eletrónicas, por exemplo, quando comparadas com os graves problemas que vivemos atualmente no setor agrícola, especialmente no nosso Concelho. -----

Por isso não podem deixar de estar contra a proposta agora apresentada, de financiamento desta suposta associação, que só serve para dar emprego aos apoiantes do partido no poder na Câmara Municipal e defender a política agrícola comum, que é contra os interesses da agricultura nacional, desperdiçando meios financeiros públicos. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que fica muito surpreendido com esta posição do PCP. Para ser simpático, diz só isto. O que é que o PCP, os Deputados do PCP, têm feito, estes últimos anos, para a agricultura no Concelho de Óbidos. Desafiou-os a dizer uma coisa que tenham feito pela agricultura, no Concelho de Óbidos. Vêm aqui com esta redoma de estar acima destas coisas. Isto não é uma brincadeira. Não se pode ter a veleidade de chegar aqui, mandar umas bocas, como se estivessem no café, vai-lhe perdoar. Estão a falar de coisas sérias. -----

Onde é que a Deputada esteve a defender a política agrícola comum? Que propostas é que fez para defender a política agrícola comum? Que propostas é que fez para defender os agricultores, aqui, no esmagamento que estão sofrer os pequenos agricultores, no esmagamento relativamente às grandes superfícies? Gostava de lhe conhecer uma proposta e se tiver uma para responder a esta Assembleia, qual seria a sua proposta para que os produtores que hoje vivem com dez, quinze por cento, da cadeia de valor, ficaria muito satisfeito. -----

--- A Deputada Sílvia Correia disse que não é obrigada a responder. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a Deputada tem toda a razão. Não é obrigada a responder à pergunta, ou ao desafio do Presidente da Câmara. Nem a Deputada, nem nenhum Deputado. Estes membros da Assembleia têm aqui uma qualidade, que é, precisamente, questionarem a Câmara. Se no decurso da narrativa e do debate político entenderem responder, é uma opção que lhes cabe, mas não são obrigados a isso. -----

--- Quanto à direção do Centro de Gestão, o Presidente da Câmara Municipal disse que não tem que estar aqui, porque não tem um conhecimento profundo, a dizer quem é a direção. Só sabe quem é o presidente da direção, que é o Senhor Elias Timóteo. Sabe que entre eles estão muitos pequenos agricultores. Quanto ao número de sócios, confessa que não sabe



Assembleia Municipal de Óbidos		27
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

qual é o seu número. Quanto ao trabalho que tem estado a desenvolver, sabe, que têm feito um trabalho extraordinário, nestes últimos tempos, quer ao nível de formação, quer ao nível das novas tecnologias de produção, quer ao nível de mitigarem custos de produção. -- Sabe que querem fazer muito mais coisas, precisamente, para romper com este esmagamento da produção, por parte da grande cadeia de distribuição. Mas para isso é preciso ter, de facto, um produto com marca, é preciso haver produto, e têm que fazer um caminho para isso. Este protocolo prevê, para os pequenos agricultores e todos os agricultores do Concelho de Óbidos, a isenção do pagamento de jóia. -----

Quanto à limpeza das linhas de água disse que apesar da moldura técnica ou jurídica ser complicada para a Câmara intervir, ainda assim, continua a intervir. Ainda recentemente, interveio na linha de água da Serrada. Continuam a fazer isso, como fizeram a regularização, ainda de parte do rio Arnóia, a montante da barragem. Continuam a fazer essa intervenção, mesmo sabendo que a responsabilidade é dos confinantes. -----

--- O Deputado Custódio Santos disse que o Presidente da Câmara não lhe respondeu às perguntas que lhe fez. Fez questão de atacar, o que é que os Deputados do PCP fazem pela agricultura, etc.. Como agricultor e Deputado Municipal, acha que tem o direito de saber o que é que se passa com um protocolo, que vão aprovar, ao Centro de Gestão. Perguntou qual era o número de associados, qual era a direção e o Presidente da Câmara diz que só conhece o presidente da direção. Isto é muito grave. -----

Perguntou quem era o responsável pela limpeza dos aquedutos e das linhas de água, nas águas pluviais, etc.. Conhece uma série deles entupidos, uns até há anos, e ninguém limpa aquilo, e parte das valetas. A água atravessa a estrada de um lado para o outro. É lençóis de água em todo o lado. Temos tido um inverno rigoroso, como sabe, e ninguém faz nada. ----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que grave é a ligeireza com que se fazem acusações como aquelas que ouviram aqui. Às vezes, à da parte de algumas pessoas da oposição, um excesso de sensibilidade em relação a algumas coisas que são ditas deste lado, e parece que tudo lhes é permitido dizer, sem qualquer consequência. -----

Mais uma vez se pega num tema que, supostamente, seria particularmente tranquilo em relação aquilo que tem sido o trabalho feito, e se transforma num caso político, que não tem qualquer significado ou importância. -----

É uma missão dos Membros da Assembleia Municipal, quando têm dúvidas sobre associações que existem no Município, podem e devem falar com as mesmas e questioná-las sobre todas estas questões que foram aqui feitas. Não é uma obrigação do Presidente da Câmara vir aqui, explicar, de forma detalhada, o que é que cada associação faz. As associações têm a sua autonomia, têm os seus membros próprios, eleitos pelos sócios, prestam um conjunto de serviços. -----

Da mesma forma que os Membros da Assembleia não são obrigados a conhece-las em detalhe, têm, pelo menos, o dever e o direito de, querendo saber mais informações, recorrer a essas entidades e questionarem em tudo aquilo que lhes for importante. Acha que isto é um ponto, absolutamente tranquilo, e é uma obrigação dos Deputados enquanto aqui estão.

---O Deputado Custódio Santos pediu a palavra para defesa da honra. Disse que quem politiza estes serviços e esta situação é o Deputado e é o seu partido. Fazem o que bem querem e lhes apetece, não dando contrapartida a ninguém. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que a honra é algo que não é muito difícil de imaginar o que seja. Imagina a sua, sobretudo, quando o atacam, do ponto de vista pessoal, o difamam, põem em causa a sua credibilidade pública, a sua notoriedade, a sua



Assembleia Municipal de Óbidos		28
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

imagem, a ideia de uma certa confiança ou de poder ser, ou não, uma pessoa confiável na perceção de outros.-----

Não lhe parece que, quando isto não se verifica, os Deputados devam acionar esse mecanismo, que á solicitar a defesa da honra. Não confundir a defesa da honra quando lhes é feito algum ataque político, ou uma avaliação, sobre a qual não concordam. Parece-lhe que isto é claro e é aceitável pela generalidade. -----

Pede um bocadinho mais de parcimónia na evocação futura da honra, porque a honra, de facto, é algo que é um património que não deve ser atacado, mas é um património pessoal, do foro de cada um. Não confundir isso com as perspetivas ideológicas, as perspetivas políticas sobre os assuntos, que estão em discussão, que estão muito distantes da honra. ----

--- Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia da proposta para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, conjugado com o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente à proposta de protocolo de intervenção agrícola a celebrar com o Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, três votos contra e duas abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade. -

--- O Deputado Custódio Santos fez a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Votou contra este protocolo com o Centro de Gestão, por desconhecer, na totalidade, a atividade do Centro de Gestão, desconhecer a direção. Como agricultor desconhece toda essa situação. É um Centro de Gestão à boa maneira do PSD, com gente do PSD e da sua confiança, para fazer aquilo que bem querem e lhes apetece, e excluir o montante dos agricultores do Concelho.”.-----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA MARIA MADALENA DE A DOS NEGROS, RELATIVAMENTE ÀS OBRAS DE RESTAURO DA CAPELA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE A DOS NEGROS, PARA CONHECIMENTO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quinhentos e setenta e dois, de vinte e um de fevereiro do corrente ano, remetendo, para conhecimento, a proposta de protocolo a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria Madalena de A dos Negros, relativamente às obras de restauro da Capela do Santíssimo Sacramento de A dos Negros. -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que era para se regozijar com este protocolo. Chamou à atenção que, neste caso, a capela de A dos Negros presta, o que se pode chamar, um serviço público, porque não têm casa mortuária e todos os velórios se fazem na capela. Aquilo, de inverno, é um frio de rachar, mesmo de verão não é fácil. Aquilo é pequeno e estes oito mil euros não caíram do céu, caíram da Câmara. O que está mal, está mal, o que está bem, está bem. A maior necessidade, para além de ser um templo de culto, que as pessoas gostam e vão, é, essencialmente, também, pelo facto de ser uma capela. É a casa mortuária que têm e que é usada. -----

--- O Deputado Heitor da Conceição disse que a Junta de Freguesia vem agradecer à Câmara Municipal a ajuda que vai dar à Fábrica da Igreja para recuperar esta capela, no interior, pois esta capela foi também recuperada, recentemente, no exterior, e, de facto, está bem a necessitar desta intervenção. É uma mais-valia, porque é uma recuperação do património de todos nós, tal como fez na Igreja, na capela, da Gracieira, a ajuda, também,



Assembleia Municipal de Óbidos		29
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

que prestou. A junta de Freguesia vêm agradecer e espera que continuem com esta política, porque têm mais para arranjar na freguesia. -----

--- O Deputado José Machado questionou a falta de conservação do santuário do Senhor da Pedra, que segundo protocolo existente é da responsabilidade da Câmara. -----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que seria também interessante que o Deputado José Machado, nesta última consideração sobre o Senhor da Pedra, referisse o sucesso desta intervenção e porque é que estão aqui a discutir esta caso de A – dos - Negros e não estão a discutir o caso do Senhor da Pedra. É porque houve aqui uma concertação entre várias entidades, cada uma fez a sua parte, e, portanto, o Senhor da Pedra não carece de uma solução municipal, carece de uma solução muito mais abrangente do que essa. Se cada uma das entidades envolvidas na gestão do património fizesse o seu papel, certamente seria mais fácil. -----

--- Como não houve mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE A DOS NEGROS, AMOREIRA, OLHO MARINHO E USSEIRA, PARA CONHECIMENTO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quinhentos e setenta e um, de vinte e um de fevereiro do corrente ano, remetendo, para conhecimento a proposta de contrato de comodato a celebrar com as juntas de freguesia de A dos Negros, Amoreira, Olho Marinho e Usseira. -----

--- O Deputado José Simões agradeceu ao Presidente da Câmara a disponibilidade que ele mostrou para ceder a escola, para que assim possam realizar exposições, colóquios, feira do livro, etc.. Muito obrigado. -----

--- O Deputado Hélder Mesquita congratulou a Câmara Municipal e este Executivo por esta proposta de contrato, para as escolas. No Olho Marinho também fazem algumas atividades e algumas servem mesmo de base para uma associação, que é o coro. Têm os alcoólicos anónimos a funcionar, grupo que faz pintura e bordados. Uma pequena biblioteca de pequena comunidade, com três mil livros. Pensa que a Câmara e o Executivo ao ver esta necessidade das freguesias e os fregueses destas casas, que têm muito a passar para os filhos, que são bastante antigas. É bom ver esta proximidade com os fregueses. ----- Como puderam ver na atividade do Município, desta proximidade que tem havido da Câmara Municipal com a Juntas de Freguesia, de tentarem resolver os problemas, mais rapidamente, dos seus fregueses, caminhos, limpeza das valetas e tudo o mais. Muitos dos fregueses têm visto essa proximidade. É de louvar, e espera que consigam fazer ainda mais coisas, com melhor tempo, porque o tempo também não está a deixar. -----

--- Como não houve mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- **PONTO OITO – INFORMAÇÃO TÉCNICA DA CCDR-LVT – COMISSÃO E COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, RELATIVAMENTE AO AERoclUBE DA LAGOA DE ÓBIDOS, PARA CONHECIMENTO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatrocentos e oitenta e um, de catorze de fevereiro do corrente ano, remetendo, para conhecimento informação técnica da CCDR-LVT – Comissão e Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, relativamente ao Aeroclube da Lagoa de Óbidos. -----

--- O Deputado José Machado disse que só passados mais de 11 anos da liderança PSD da Câmara, numa manhã de nevoeiro, foi afirmado que a utilização do solo da pista do



Assembleia Municipal de Óbidos		30
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

aeródromo, nas antigas salinas, no Arelho, viola inequivocamente o PDM e a REN, ambos dos anos noventa. -----

É estranho que tenha sido imposta a votação deste assunto, na Câmara Municipal, sem que todos os vereadores tivessem oportunidade de efetuar análise, com a profundidade que se impunha, a uma situação que se mantinha há muitos anos. -----

Apenas aos então vereadores da Câmara eleitos na lista do PSD foi proporcionada a possibilidade de estudarem este assunto anteriormente ao dia da tal manhã de nevoeiro. É lamentável que o mesmo não tenha sido possível aos vereadores que não estavam em regime de permanência. -----

É curioso que o ofício da CCDR, sobre a questão central deste assunto, datado de 6 de Novembro de 2012, esteve escondido, nos serviços da Câmara Municipal de Óbidos, durante cerca de 6 meses, só sendo dado conhecimento do mesmo a parte dos vereadores no dia em quem presidia à reunião impôs a votação. -----

Nesse ofício a CCDR esclareceu a Câmara que o regime das áreas integradas na REN não se aplica à realização de ações autorizadas à data da entrada em vigor da delimitação da REN. -----

Termina o citado ofício da CCDR afirmando que a pista do Arelho poderá estar já licenciada ou autorizada à data da entrada em vigor da delimitação da REN de Óbidos (outubro de 1997) e que, sendo assim, estaremos perante uma situação de exceção, prevista no artigo 40º do Decreto -Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, não se aplicando o regime das áreas integradas em REN. Refere-se, a título de exemplo, que a maioria das construções da vila da Nazaré agora não poderiam ser feitas legalmente, por estarem a menos de 1500 m do mar, mas as existentes permanecem sem necessidade de serem demolidas. -----

Convirá esclarecer se as objeções levantadas são quanto aos ultraleves ou à prática de aeromodelismo, ou a ambos. -----

Entretanto, veio a saber-se que um pequeno avião não pilotado caiu numa propriedade privada, próximo do aeródromo, há meses. Será este o grave problema de segurança que consta na ata da reunião da Câmara de 15 de maio de 2013? -----

Porque não foi investigado o que realmente se passou e quem foi o responsável?-----

Em janeiro de 1998, o Aeroclube da Lagoa de Óbidos foi notificado pelo Ministério do Ambiente, do parecer favorável ao aeródromo. Então, o Ministério do Ambiente fixou regras de utilização da área, voos e contrapartidas. -----

Em junho de 1999, a ANA - Aeroportos de Portugal homologou a pista. -----

Nos dias 11 e 12 de maio de 2013 houve um evento aeronáutico internacional neste aeródromo. Ao ser questionado se terá sido clandestino esse evento, em que participaram muitas aeronaves, a resposta dada em sessão pública de Câmara foi que esse evento aeronáutico de maio de 2013 estava devidamente autorizado pelo INAC e que dele tinha conhecimento prévio o Presidente da Câmara Municipal de Óbidos e a GNR. -----

Em face do exposto, parece concluir-se que o aeródromo estava autorizado. -----

Seria bom que quem levantou estas objeções se recordasse que a Câmara mandou construir ilegalmente um restaurante no Bom Sucesso, em zona de REN, o qual veio posteriormente a ser legalizado, com criatividade, passando a ter a designação de apoio de praia. -----

Manifestamos o nosso desacordo à forma como foi tratado o assunto do aeródromo, o ano passado, pela Câmara Municipal. -----

É estranho que o parecer da CCDR, deste ano, não tenha qualquer referência ao ofício da mesma entidade de novembro de 2012 sobre a autorização da pista. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		31
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Não obstante as declarações ao telejornal da RTP, o ano passado, pelo então Vice-presidente e hoje Presidente da Câmara, parece que afinal não vai haver voos charter no concelho de Óbidos, porque no documento divulgado recentemente pelo Governo, relativo às infraestruturas a construir até 2020, financiadas pelo novo quadro comunitário Portugal 2020, sucessor do QREN, quanto a aeródromos e heliportos, nada consta em Óbidos. No Oeste só constam o aeródromo de Santa Cruz, no concelho de Torres Vedras, na página 310, e o heliporto de Torres Vedras, na página 313. O estudo em causa teve a participação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, como garante de uma reflexão territorialmente abrangente e amplamente participada. -----

De salientar que estão publicadas as seguintes declarações do Presidente da Câmara de Óbidos, nas edições do Jornal das Caldas de 22 de janeiro e da Gazeta das Caldas de 24 de janeiro, ambas deste ano, em que afirma que um novo aeródromo em Óbidos depende da possibilidade de recorrer a fundos comunitários.-----

Quanto à localização proposta pela Câmara para um novo aeródromo, na zona do Furadouro, alerta-se, novamente, que implicará um significativo movimento de terras, para além de ficar a cerca de três quilómetros da estrada existente mais próxima, pelo que essa localização se afigura economicamente inviável. -----

Parece que se provaria que o aeródromo da Lagoa de Óbidos estava autorizado quando entrou em vigor o PDM e a REN. Todavia, conhecendo a habitual lentidão dos tribunais, a maioria dos sócios do Aero clube entretanto levou as suas aeronaves para o aeródromo de Ferrel, admitindo-se não haver condições práticas para esperar anos por uma decisão judicial. Assim se explicará não ter sido seguido o caminho contencioso pelo Aero clube. -

Lamenta-se que este assunto do aeródromo nas antigas salinas, no Arelho, existente há mais de 20 anos, e que prestou serviços de interesse para a sociedade e para a economia local, não tenha sido sempre abordado com total transparência e com base na verdade dos factos. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que na esmagadora maioria das intervenções que o Deputado José Machado faz, entra sempre no histórico e é sempre uma espécie de um alvo a abater. -----

Fez uma referência que uma deliberação da Câmara Municipal de Óbidos teria sido feita na sequência de um incidente, ou de um acidente, que houve numa propriedade. O Deputado José Machado está a referir-se a uma história que ele próprio lhe contou, fora do texto da Câmara Municipal, para lhe mostrar a forma como sempre conseguiram resolver, amigavelmente, quaisquer problemas que surgiram naquela área, entre os habitantes, os moradores. -----

Vivendo, naquela zona, já há uns bons anos, contou-lhe essa história. Por acaso essa história até foi motivada por um descontrolo de um avião de uma empresa que apoiaram no Concelho. É uma empresa que trabalha muito para a indústria militar e para a vigilância de aparelhos não tripulados, e caiu um veículo elétrico, que foi descontrolado, porque houve um mau cálculo na forma como estas pessoas estavam a fazer da pista. Como têm uma pista muito grande, em vez de fazerem a aterragem do meio para o fim, faz-se do princípio, e então coloca-se fora de determinada área de controlo muito desses aparelhos. São aparelhos de aeromodelismo, coisas mais pequenas, não tem a ver com os ultraligeiros. ---

Houve, depois, uma reação, por parte da associação, que juntou os sócios e criou uma delimitação para criar maior segurança, às propriedades contíguas. Isto é uma coisa perfeitamente normal e que ilustrava bem o relacionamento que sempre existiu.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		32
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Mas esta deliberação da Câmara não surgiu por causa deste incidente, ou este acidente, como o Deputado José Machado veio aqui dizer. Não foi por causa disso. Quem acreditar nisso, acredita numa informação enganosa.-----

O que aconteceu foi tão simplesmente isto. O Vice-Presidente do INAC veio à Câmara Municipal avisar a Câmara de que esta estaria obrigada a comunicar às autoridades policiais quaisquer movimentos naquela pista, porque a pista não estava autorizada, a não ser que o Aeroclubes diligenciasse nesse sentido. Sabia que o Presidente do Aeroclubes, dessa associação, estava a querer legalizar e reportou-lhe esta informação que receberam. --

Passadas umas semanas entra um processo formal do Aeroclubes da Lagoa de Óbidos, para legalizar a pista. É aí, e por causa disso, não tem a ver com nevoeiro, ou com sol, porque isso faz parte do seu estilo insinuoso e incidental, que gosta de conferir à sua ação política, nós sabemos, mas foi para dar a resposta a um requerimento de uma associação, através do organismo que tutela estas pistas, que é o Instituto Nacional de Aviação Civil, que a Câmara se tem que pronunciar, e que se tem que pronunciar dentro de um prazo curto, para não haver deferimento tácito. É por isso que isso foi agendado.-----

Sabendo do personagem que tinha na Câmara, nem sequer participou, não foi auscultar-se do assunto, nesse processo de apreciação e de deliberação que a Câmara de Óbidos teve na altura. Ficou muito à vontade em relação a isso. Não foi a essa reunião da Câmara e não participou, sequer, de todo o teor de discussão e da consequente deliberação. -----

Mais tarde percebeu que o grande objetivo tinha sido conseguido. Estavam em vésperas de campanha eleitoral, alargada, independentemente daquela data das duas semanas da campanha oficial, e, às tantas, perceberam que o PS e algumas pessoas, entre as quais o Vereador José Machado, fazia questão, sempre que escrevia, de referir a sua pessoa, as suas atividades empresariais, enfim, ele como se tivesse detrás da deliberação e não uma razão de natureza jurídica. Nunca levantou nenhum problema ao Aeroclubes, e como disse, e bem, morando naquele sítio há muitos anos, se tivesse alguma coisa contra, teria, necessariamente, tido a frontalidade de dizer que não concordavam com aquilo. Estão a falar de um conjunto de ações e de atividades, que com bom senso, foram sempre possíveis serem desenvolvidas naquele local. Houve sempre um relacionamento entre as direções e, portanto, ótimo com todos nós, e, portanto, tudo isso correu muito bem. -----

O que tem para dizer é o seguinte. Quando viu que a difamação atingiu, de facto, um ponto muito elevado, e a injustiça, pediu para chamar a direção do Aeroclubes à Câmara Municipal, estão em inícios de setembro, e disse-lhe qual era a posição da Câmara. Vocês podem achar que estamos a ser excessivamente prudentes e que na vossa opinião não há uma violação da lei. Mas nós podemos incorrer numa violação do plano diretor, neste caso, no regime da REN e isso dá perda de mandato. Então nós vamos fazer uma coisa. -----

Sabe que o Vereador José Machado na Câmara Municipal, porque já o tinha escrito várias vezes, com muita convicção e com muita certeza, dito que não havia violação nenhuma da lei. Mas o Vereador José Machado, por mais credibilidade que ele tenha no país, não conferia suficiente credibilidade a nós outros, para poderem estar seguros de que a interpretação dele era suficiente.-----

Fez este desafio à direção. Disse à direção, no início de setembro, que iriam pedir uma reunião na CCDR. Eles iriam com a Câmara Municipal e se a CCDR achasse que não havia, por ter existido funcionamento anterior, naquele local, violação da reserva ecológica nacional, que a Câmara Municipal estaria, então, em condições de autorizar. No fundo, iam



Assembleia Municipal de Óbidos		33
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

buscar o conforto de uma instituição que tem autoridade na matéria, para poderem deliberar.-----

Isto mostra a boa-fé e mostra a forma como este processo foi conduzido. Essa reunião foi marcada para o dia dois de outubro. Não esteve presente, porque estava fora do país. Foram técnicos e houve uma reunião de esclarecimento, entre esses membros do Aeroclube, presidente e mais alguém que o acompanhou e técnicos da Câmara Municipal. Mais tarde, veio esta informação técnica que chegou à Câmara Municipal, e que chega, hoje, à Assembleia Municipal. -----

As considerações entre aquilo que foi dito e aquilo que é a informação técnica, já não lhe compete fazer, mas apenas esclarecer-vos que teve esta iniciativa para procurar evitar aquilo que foi uma campanha muito, deve dizer, muito suja, muito injusta e muito cruel, que do ponto de vista pessoal, lhe fizeram acerca desta matéria. Isto é apenas um exemplo, e o Deputado pode ler as páginas do livro que quiser, de como se fez política contra o Presidente da Câmara e continua a fazer política contra o anterior Presidente da Câmara, apesar de ter terminado funções, como estão a ver, apesar dos meses passarem. Este era o esclarecimento que tinha a fazer, sem querer invocar a defesa da honra. -----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que crê que está claro, em relação ao processo e à forma como decorreu, porque também achavam e, sinceramente, também esperava isso do Deputado José Machado, é que viesse aqui e tivesse um pouco de humildade, que há pouco reconheceu que todos nós falhamos, reconhecer que votou contra e que se o resto do Executivo tivesse seguido o mesmo princípio, nós, neste momento, teríamos um problema grave nas mãos. -----

Não há aqui nenhum ajuste de contas, ajuste de contas tem feito o Deputado, continuamente, a este processo. Mas esperavam que neste momento tivesse a capacidade, ou até a humildade, de chegar aqui e admitir que tinha falhado. Não, pelo contrário, veio aqui fazer um histórico, veio ler mais umas páginas do seu livro. Espera que não seja um historiador habilidoso no próximo livro que faça e que ponha, certamente, aquela que foi a sua votação em relação a esta questão, porque acha que isso tem a ver também com o rigor, que normalmente defende, e que neste caso ficou um bocadinho fora de jogo. -----

Em relação a este assunto, acha que está praticamente tudo dito em relação àquilo que foi a posição de todas as partes, e aquilo que foi a campanha, verdadeiramente, de difamação que aconteceu naquela altura, que foi uma altura absolutamente cirúrgica. É bom não esquecer que foi precisamente nesta altura que havia um Presidente da Câmara que tinha perdido o mandato e, precisamente, por uma suposta violação da REN. Tudo isto ganhou uma dimensão que ultrapassou muito os factos em concreto que estavam a ser debatidos nesta questão. -----

É bom, também, perceber e reforçar mais uma vez que todo o processo se desbloqueia a partir de um pedido do próprio Aeroclube e do Instituto Nacional de Aviação Civil. Não houve aqui nenhuma perseguição. Houve uma resposta àquilo que foram os pedidos de duas entidades envolvidas no processo. -----

Em relação a isto, perdeu uma grande oportunidade de ser coerente com aquilo que vem a defender, em relação àquilo que são os princípios de rigor e até de alguma ética em relação à questão. Crê que isto que está a dizer, não lhe ofende a honra. Todos nós falhamos e, portanto, não gostava, pela terceira vez, nesta Assembleia, fosse usar dessa prerrogativa, porque não é isso que está em questão. Crê que perdeu uma grande oportunidade de ser



Assembleia Municipal de Óbidos		34
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

coerente com aquilo que tem defendido em relação a esta matéria. Falhou nesta questão, acontece. Estão cá para isso, todos falham. -----

--- O Deputado José Machado disse que o facto novo que existe este ano, foi o parecer técnico que vem e que, curiosamente, não refere o parecer da mesma entidade, que dizia que desde que a Câmara informasse que aquilo tinha sido autorizado, o INAC regularizava a situação e a CCDR, na altura, não levantava nenhuma questão. -----

Quanto à autoria deste parecer que veio, recorre-se do Presidente da Distrital do PSD de Leiria, a explicação que deu, quanto a este tipo de pareceres, na televisão, aqui à tempos, e que falou verdade. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que há conclusões que temos de tirar aqui. Primeira conclusão que tira, é que houve, claramente, um aproveitamento político desta matéria, em concreto. Esperava outra coisa do Deputado José Machado. Achou que tinha a coragem de chegar aqui e dizer que também se enganou, pedir desculpa pelos estragos que fez, de imagem, a pessoas que não tinham nada a ver com isto, e que o Deputado sabe que fez. Meteu na lama pessoas que não tinham nada a ver com isto. Esta narrativa de uma noite de nevoeiro, ou uma manhã de nevoeiro é no mínimo, para si, um insulto, que está a fazer aos nossos concidadãos, pessoas simples, honestas, e essas não merecem isso. Merecem que a gente lhes fale a verdade e o Deputado sabe qual é a verdade. -----

Sabe que receberam um pedido do INAC, como aqui foi referido, simultaneamente um pedido do Aero clube, em que o pedido do INAC, foi a este nível de profundidade, digam lá, do ponto de vista do licenciamento, como é que isso está. É que não bastou um parecer, não veio pedir um parecer, veio dizer, digam lá. -----

O Deputado sabe que nessa altura o Presidente da Câmara de Faro, estava com a sentença de morte política de perda de mandato, por uma coisa menor que tinha feito. -----

É muito jovem, é muito ingénuo, mas não come essa. É uma pessoa que não tira conclusões precipitadas, nem para a vida, mas achou que o Deputado José Machado, hoje, ainda o conseguia vir aqui surpreender, e que poderia retirar a imagem que tinha, hoje, ou as ideias que tinha, que, das duas, uma. O Deputado José Machado ou queria que ele tivesse perdido o mandato, a esta altura, ou queria meter os parentes na lama, as pessoas que tomaram a decisão sobre esta matéria. -----

De facto, o Deputado José Machado vem reafirmar aquilo que pensava. Uma pessoa que esteve por detrás de uma campanha que meteu a televisão, que meteu a RTP1 ao caminho. Uma pessoa que almoça com os repórteres da RTP1 e que passou muito mais tempo de antena, durante esse almoço, a falar com estes Senhores, do que os próprios Senhores do Aero clube. -----

Não se esquece, nunca, de uma encenação que assistiu e que foi vítima, numa célebre reunião pública na Amoreira, em que se fez de conta que o presidente do Aero clube não conhecia o Deputado José Machado, quando momentos antes tinham estado a conversar. Há coisas que não aceita. Acha que o povo merece mais. -----

Esta coisa foi toda bem montada, não chegou foi aos resultados. O plano maquiavélico foi bem pensado. Pensou bem nisto, pensou nos pormenores todos. Para quem estava de boa-fé, como o Deputado José Machado sabe que ele estava, a conduzir o processo, é muito complicado lidar com isto, porque não queria fazer duas coisas. Não queria acabar com o Aero clube, com o aeródromo, como ninguém queria, e não queria, também, violar o PDM. O Deputado estava aqui num jogo, que os estava a tentar empurrar para uma de duas coisas. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		35
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Só que, felizmente, o discernimento e uma certa ideia de que não vale tudo para sacar mais uns votos, isto que o conduziu a si e à equipa toda, levou a que tomassem a decisão certa, provada hoje, nesta Assembleia, a partir deste parecer, que é claro. -----
O Deputado alega, ainda, falta de autorização. Mas alguém acredita que o Deputado não sabe o que é uma autorização nos termos da lei, aplicada à época. Alguém acredita nisso. O Deputado sabe bem o que é que significa uma autorização. Uma autorização significa que haja um pedido de licenciamento, que haja um projeto, que haja todos esses trâmites. Na altura não se chamava licenciamento, chamava-se autorização. O Deputado sabe que esse processo nunca entrou na Câmara Municipal de Óbidos. -----
Até os diretores do Aeroclube, foram eles que lhe trouxeram o parecer, em primeira mão, quiseram reunir com ele, e lhe disseram uma coisa. Senhor Presidente quero-lhe dar os parabéns pela forma como conduziu isto. Foi em nosso prejuízo, mas você esteve muito bem neste processo. Pensou, que de facto, não vale a pena tirarem conclusões para a vida, de posições que cada um de nós toma em cada um dos momentos. -----
Teve essa réstia de esperança em relação ao Deputado, hoje perdeu-a. Termina, dizendo isto, ou incompetência, ou maldade. São as duas únicas palavras que consegue ter nesta altura. Se tivesse no lugar do Deputado, estaria aqui a fazer um pedido de desculpas público. -----
--- O Deputado José Machado confirmou que tinha almoçado com o presidente do Aeroclube e com a equipa de reportagem da RTP antes da entrevista televisiva sobre o assunto, defendendo que tal não foi crime. -----
--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não gosta que utilizem conversas privadas para fazerem política da forma como se faz, e da forma como todos sabem. Já não diz à deselegância de trazer sempre os velhos assuntos para a agenda de hoje. Não se refere a essa deselegância. Mas, quando se trás uma marca comercial que pertence a uma empresa que está ligada ao Presidente da Câmara, quando se tem a intenção de o fazer, têm-se uma intenção de o colocar no palco político, para ele ser atingido. -----
O Deputado José Machado fez isso, isso está escrito, está publicado. Conviveu oito anos com o Deputado e sabe, muito bem, do que é capaz, e sabe que não era capaz de pedir desculpas. Desculpem a dureza das suas palavras, mas conhece este homem há muitos anos e sabe do que ele é capaz. -----
--- Como não houve mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----
--- **PONTO NOVE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** - O Deputado José Machado disse que de acordo com a Lei 75/2013, a Assembleia Municipal deve apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão. -----
Lembro que já na anterior sessão alertei para a conveniência deste documento que, neste mandato, segundo me informaram, tem sido enviado ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão, deixar de ser disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal apenas no decorrer da sessão onde será apreciada essa informação. Para ser apreciada na Assembleia



Assembleia Municipal de Óbidos		36
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

Municipal é necessário proporcionar tempo para a sua leitura atenta e esta assembleia não tem tido qualquer intervalo para esse efeito. -----

Ontem alertei os serviços municipais para o facto do documento ainda não ter sido distribuído aos membros desta assembleia. Foi-me dito que o documento está pronto há dias, mas que só seria disponibilizado no início desta assembleia. Assim aconteceu e, por isso, não tivemos tempo de o ler. -----

Na verdade a forma existe. A formalidade serve a substância e a substância serve para ler o documento e podê-lo apreciar. Eu e outros deputados municipais gostaríamos de o ter lido, mas não nos foi dada essa oportunidade. -----

O facto de estar omissa na lei que o presidente da Assembleia deve distribuir o referido documento destinado a apreciação é uma desculpa esfarrapada que, na prática, dificulta muito a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, como está definido na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013. -----

Estamos em presença do que parece ser uma birra repetida, porque está confirmado a informação destinada a ser apreciada pela assembleia estava concluída há 5 dias e eu tive o cuidado de solicitar a sua distribuição aos deputados municipais, mas o Presidente da Assembleia Municipal fez novamente veto de gaveta, dando instruções para só ser distribuída no início da reunião. -----

E para agravar a situação, não houve intervalo para ler esse documento de 20 páginas. -----
Se persistir esta lamentável situação do Presidente da Assembleia Municipal impedir os deputados de lerem atentamente um documento que deve ser apreciado, nos termos da lei, em todas as futuras sessões da Assembleia Municipal deste mandato, teremos que lembrar designadamente que a oposição teve mais votos e mandatos, nas últimas eleições do que o PSD. Os deputados municipais diretamente eleitos, em Setembro passado, foram 10 do PSD, 9 do PS e 2 da CDU, o que consta ter irritado muito o Dr. Telmo Faria, que se tinha habituado a ter maiorias esmagadoras. -----

Espero que o bom senso prevaleça e que, quanto à próxima sessão ordinária deste órgão, o Presidente da Assembleia Municipal cesse esta birra, repito birra, que perturba e dificulta o desejável bom relacionamento nesta Assembleia Municipal. -----

--- Ausentou-se o Presidente da Assembleia Municipal, por motivos pessoais, tendo sido substituído, nos termos do regimento, pelo Primeiro Secretário Fernando Jorge Sousa e Silva, que passou a presidir aos trabalhos. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que já compreenderam a posição do Deputado e que não vale a pena insistir na mesma. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal mandou calar a Deputada Anabela Corado e disse que já lhe dava a palavra. -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que não se cala e que não é preciso levantar a voz. ---

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não está a levantar a voz, está apenas a tentar mandá-la calar. -----

--- O Deputado Custódio Santos disse que isto é um desrespeito para a Assembleia. É sempre, no princípio da Assembleia, que é entregue a informação do Presidente da Câmara. Acha que não tinham dificuldade nenhuma em juntar aos outros documentos que lhe são fornecidos. Isto é um desrespeito para a Assembleia, porque a Assembleia é fiscalizadora da Câmara, e é que é soberana. Não são subordinados da Câmara, a Câmara é que é nossa subordinada. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		37
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que esta foi uma prática instituída, segundo sabe, por um Presidente da Assembleia do PS, e que em todos os anteriores mandatos, a informação municipal era entregue no próprio dia. O Deputado Custódio Santos sabe perfeitamente disso, e teve um mandato inteiro para dizer aquilo que está a dizer, precisamente, neste momento. -----

Foi uma prática corrente nos últimos mandatos, uma prática que antecede, quer este Executivo, quer o Executivo anterior. Não se faça disto um caso, Exponha-se a situação, mas não se faça disto um caso. Não é birra, é uma prática. As práticas podem ser, eventualmente, alteradas. Mas não é birra, é uma prática. -----

Pensem nas pessoas que estão a assistir a esta Assembleia Municipal e pensem na imagem que estão a transmitir, quando estão a fazer um caso, a partir de uma informação deste género. -----

--- A Deputada Anabela Corado disse que não anda nestas lides há muito tempo. O Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal já andam à muitos mais anos do que ela, e acha uma tremenda falta de respeito ter-se levantado, e nem sequer, dignado, a pedir ao Deputado José Machado, para se calar um bocadinho, e explicar que se tinha que ausentar. Foi uma falta de respeito para connosco e para quem está a assistir, e dizer, que era o que acontecia antes, que tinha que se ausentar. -----

O Dr. Barreiras Duarte, que estava a presidir à mesa, quando tinha que se ausentar, havia esse respeito. É uma vergonha. Também queria dizer que desde que aqui está, nunca houve uma vergonha de uma Assembleia Municipal, como esta, com um desrespeito pelas intervenções, seja de quem for, por corte de palavra pelas pessoas. -----

É triste, quando a vinte e cinco de abril, e não é do PCP, faz agora quarenta anos, se fale alto com as pessoas, se mande calar as pessoas e se esteja, sistematicamente, a mandar cortar a palavra às pessoas e a fazer insinuação. É uma vergonha. Nós, da nossa parte, não fizemos insinuações, fizemos perguntas, que é a nossa obrigação. Da outra parte houve insinuações e houve, apenas, comentários às nossas intervenções. Não houve uma única pergunta à Câmara. É uma vergonha. Isto é o exemplo de uma má Assembleia Municipal. - Relativamente às suas perguntas, em concreto, sobre a educação, nem uma resposta houve. Foi uma vergonha e é um mau exemplo do que é a política. Foi o que se passou aqui hoje. Fizemos todos má figura. -----

--- O Deputado José Oliveira disse que em relação ao que se está a passar, também é vergonha falar nas costas das pessoas. E aquilo que se está aqui a dizer, agora, à pontos que são próprios para discutir estes assuntos, como é os pontos antes da ordem do dia, e estão a discutir tudo, menos aquilo que são os pontos. Fala-se de tudo, em cada ponto, menos aquilo que são os pontos, inclusivamente, aquilo que está a fazer agora. -----

Apelou à Mesa para que, de futuro, tenha consciência sobre isso, interrompa as pessoas e não as deixe falar, inclusive a si, a não ser dos assuntos de cada ponto. -----

Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

--- **PONTO DEZ – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e dez minutos, do dia vinte e oito de fevereiro do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes,



Assembleia Municipal de Óbidos		38
Ata n.º 1	Reunião de 28.02.2014	

nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, João Vasco Pereira Ferreira Urbano, que lavrei a presente ata, também vou assinar.-----